

MAST Colloquia

Vol.13

**Arquivos pessoais:
constituição,
preservação e
usos**

MAST Colloquia vol. 13

**ARQUIVOS PESSOAIS:
Constituição, preservação e usos**

Museu de Astronomia e Ciências Afins
Rio de Janeiro
2014

© Museu de Astronomia e Ciências Afins – 2014

COORDENAÇÃO DO MAST-COLLOQUIA

Lucia Alves da Silva Lino, Maria Celina Soares de Mello e Silva, José Benito Yárritu Abellás, Everaldo Pereira Frade

ORGANIZAÇÃO DA EDIÇÃO

Maria Celina Soares de Mello e Silva, José Benito Yárritu Abellás, Everaldo Pereira Frade

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Luci Meri Guimarães da Silva

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores ao refletindo necessariamente o pensamento do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do MAST

A772 Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos /
Organização de: Maria Celina de Mello e Silva, José Benito
Yárritu Abellás, Everaldo Pereira Frade. – Rio de Janeiro: Museu de
Astronomia e Ciências Afins, 2014.
104p. (Mast Colloquia; v.13)

Inclui bibliografia

1. Arquivo pessoal . I.Silva, Maria Celina de Mello e.

II. Yárritu Abellás, José Benito. III. Frade, Everaldo Pereira
IV. Museu de Astronomia e Ciências Afins. V.Título. VI. Série

CDU: 930.251

Sumário

Apresentação	5
A aquisição de arquivos pessoais	
<i>Renata Silva Borges</i>	<i>7</i>
A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais	
<i>Maria Celina Soares de Mello e Silva e Márcia Cristina Duarte Trancoso..</i>	<i>33</i>
A descrição arquivística e os arquivos pessoais: o desafio da representação	
<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira.....</i>	<i>55</i>
Os arquivos pessoais institucionalizados: o caso Roquette-Pinto	
<i>Maria Oliveira e Juliana Amorim.....</i>	<i>71</i>
Coleção Sanson: imagens em vidro	
<i>Neibe Cristina Machado da Costa e</i>	<i>91</i>

Apresentação

Há treze anos o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI) realiza o *Mast Colloquia*, série de encontros mensais. Nesses encontros, palestras são realizadas a partir de um eixo temático comum, vinculado a uma das áreas técnicas finalísticas do MAST (Museologia, Educação em Ciências, História das Ciências, Documentação e Arquivologia). Seguindo essa lógica, em 2014 o *Mast Colloquia* teve como tema central *Arquivos Pessoais: Constituição, preservação e usos*.

Desde sua criação, o Arquivo de História da Ciência do MAST especializou-se na captação, organização e disponibilização de arquivos pessoais de cientistas relevantes por sua contribuição para os campos do conhecimento em que atuaram. O reconhecimento dos arquivos pessoais como parcela importante para a construção da memória da sociedade como um todo, como fonte para história coletiva de um povo, é partilhado entre o MAST e outras instituições responsáveis pela guarda da memória brasileira, como a Casa de Rui Barbosa, a Fundação Oswaldo Cruz e a Fundação Getúlio Vargas.

Esses e outros lugares de memória especializaram-se no tratamento de arquivos pessoais de diferentes naturezas (cientistas vinculados às ciências da terra, literatos, homens das áreas médicas, políticos) e, ao longo dos anos, a partir de sua consistente caminhada, ajudaram a consolidar a ideia de que os arquivos pessoais não são apenas o depósito de documentos que servem de pista para o conhecimento das ações e sentimentos de indivíduos isolados. Pelo contrário: por detrás desse aparente particularismo descortinam-se valorosas pistas para o entendimento de diferentes momentos da sociedade brasileira como um todo, no campo das artes, das ciências, da política.

O *Mast Colloquia* que aqui é apresentado pretende, assim, partilhar com os interessados em temática tão rica de possibilidades como os arquivos pessoais, alguns dos problemas enfrentados frente a tal objeto, bem como caminhos propostos e exemplos práticos da organização e disponibilização de tais acervos.

Esperamos, assim, que os textos a seguir apresentados sirvam não só como instrumentos facilitadores para aqueles que pretendem dedicar sua atuação a um campo tão multifacetado como o dos arquivos pessoais, como também – e

principalmente – à consolidação da visão dos arquivos pessoais como importantes fontes para a memória/história da sociedade brasileira.

Everaldo Pereira Frade
José Benito Yárritu Abellás
Maria Celina Soares de Mello e Silva

AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS
PESSOÁIS

Renata Silva Borges

Eduardo Ismael Murguia

Nota biográfica

Renata Silva Borges

Arquivista do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Eduardo Ismael Murguia

Professor do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Apresentação

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o conceito de aquisição de arquivos pessoais por instituições, elaborado para a dissertação de Mestrado intitulada *A Institucionalização de arquivos pessoais na Fiocruz: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero*.

A referida dissertação apresentou uma primeira parte conceitual dedicada à discussão dos conceitos de arquivo pessoal, aquisição por meio do recolhimento e da doação, e de aquisição de acervos para arquivos, bibliotecas e museus. E uma segunda parte dedicada à descrição do processo de aquisição de dois arquivos pessoais pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)¹.

O trabalho está estruturado em duas partes: a primeira é constituída de uma análise do conceito de arquivo pessoal. A segunda de uma análise do conceito de aquisição de arquivos pessoais por instituições, por meio da doação.

Arquivos pessoais na literatura arquivística

De acordo com a literatura arquivística, os arquivos pessoais constituem uma das subcategorias dos arquivos privados. Arquivo privado é o “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado de arquivo particular” (ARQUIVO NACIONAL, p. 35). E arquivo pessoal é o “arquivo de pessoa física” (idem, p. 34). Sobre os arquivos privados Bellotto afirma que:

É larga a sua gama, se tomados conceitualmente como todos os arquivos de entidades não-governamentais. Entretanto, por motivos didáticos e práticos, a arquivística consagrou internacionalmente três categorias: sob a denominação *arquivos econômicos* estão os arquivos de empresas, de estabelecimentos bancários, industriais ou comerciais; como *arquivos sociais* incluem-se os de estabelecimentos de ensino privado, de agremiações políticas, profissionais e desportivas, assim como de sindicatos, hospitais, entidades religiosas,

1 A dissertação foi elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) e foi aprovada pela banca no dia 29 de abril de 2014.

caritativas e outras de fins não-lucrativos; como *arquivos pessoais* – também considerados arquivos privados propriamente ditos –, os constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de uma família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que preservados para além da vida dessa pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então ser abertos à consulta pública. (BELLOTTO, 2007, p. 265, grifos do autor).

A autora delimita o significado e a amplitude da categoria ‘arquivos privados’ como uma subcategoria dos arquivos. E dos arquivos pessoais como uma subcategoria de arquivo privado. Os arquivos pessoais são arquivos, pois são gerados pelas atividades de indivíduos e dotados de proveniência e organicidade.

Para este trabalho será considerado também o conceito de arquivo como instituição ou serviço, que é definido como: “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p. 27).

Sobre as origens da concepção dos arquivos pessoais como arquivos, Theodore Roosevelt Schellenberg (2006²), em seu livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, apresenta um capítulo intitulado “Arranjo de papéis ou arquivos privados”. Segundo o autor, na época da publicação da primeira edição, por volta do ano de 1955:

Até bem pouco tempo, nos Estados Unidos, a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários. Os papéis com que tinha de lidar vinham-lhes às mãos como agregados de peças díspares e desorganizadas, originários de famílias importantes na história do país. Esses papéis eram comumente chamados de “manuscritos históricos”. Os princípios e as práticas que se criaram relacionam-se com o tipo de peças com que os bibliotecários estavam acostumados a lidar, isto é, simples unidades avulsas. (SCHELLENBERG, 2006, p. 269).

No texto é possível verificar alguns pontos da história da preservação de arquivos privados nos Estados Unidos em meados da década de 1950: o

2 O autor viveu entre os anos de 1903 e 1970. A edição citada ao longo deste trabalho é a 6ª edição, do ano de 2006.

primeiro, ligado aos lugares de guarda desses conjuntos, as bibliotecas; o segundo, aos profissionais que inicialmente se dedicaram à organização desses documentos, os bibliotecários; o terceiro, a importância dos titulares como critério para que determinados arquivos fossem preservados; e o quarto, quanto à metodologia de organização desses conjuntos e os seus precursores, os bibliotecários.

Schellenberg estabelece comparações entre os arquivos privados e as coleções orgânicas e constata que ambos possuem em comum a possibilidade de se identificar a procedência dos documentos. Além dessa constatação, o autor define a utilização das expressões “papéis privados” e “manuscritos históricos”, fundamentais para a compreensão dos arquivos pessoais na literatura da época. O autor explica que:

A expressão ‘papéis privados’ é empregada deliberadamente, ao invés da convencional ‘manuscritos históricos’. O termo ‘manuscritos’, no sentido mais restrito da palavra, inclui somente documentos escritos à mão ou datilografados. O termo ‘documentos’ (records) é um termo genérico que se aplica a toda espécie de material documentário. Aqui pretendo usar um termo mais amplo do que ‘manuscrito’ e mais limitado do que documento. O termo ‘papéis privados’ inclui material cartográfico e em forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado. Tanto inclui material que se origina de uma pessoa quanto de uma entidade. (SCHELLENBERG, 2006, p. 269).

Para o autor, as coleções de “papéis privados” podem ser diferenciadas pelas suas origens, como coleções naturais ou orgânicas e como coleções artificiais. As coleções naturais ou orgânicas são idênticas aos arquivos no que diz respeito a sua constituição, pois são originadas a partir da acumulação de documentos gerados no decorrer do andamento dos negócios ou existência da entidade privada de caráter individual ou coletivo. No entanto, a organicidade, característica dos arquivos, diferencia os arquivos das coleções.

As coleções artificiais são constituídas por elementos selecionados segundo um critério temático, cronológico, ou qualquer outro que desvincule as peças eleitas pelo colecionador do seu contexto de produção, ou seja, o conjunto é constituído por documentos obtidos a partir de procedências diversas e muitas vezes não recuperáveis. Na coleção, a procedência não é a condição para se constituir o conjunto, mas cada objeto em si em decorrência de critérios definidos pelo colecionador. Schellenberg afirma que:

Em oposição às coleções naturais de papéis privados, as coleções artificiais de tais papéis são constituídas depois de ocorridas as ações a que se relacionam,

não concomitantemente, e em geral derivam de diversas fontes, e não de uma única. São, além disso, verdadeiras coleções, no sentido de que várias peças são ‘coleccionadas’, isto é, reunidas. No caso de papéis de família, por exemplo, a coleta terá sido feita, provavelmente, por um determinado membro da família, talvez um filho da pessoa cujos papéis estão sendo preservados. A coleta, é lógico, pode também ser feita por outros: colecionadores para fins comerciais, estudiosos, curadores ou arquivistas para fins genealógicos ou de pesquisas. O próprio depósito de manuscritos criará comumente pelo menos uma coleção artificial de peças avulsas, adquiridas peça por peça de várias fontes. (SCHELLENBERG, 2006, p. 271).

Schellenberg (2006) foi o primeiro autor traduzido para o português a apresentar uma proposta de reflexão teórica sobre os arquivos públicos e privados. A literatura da área de Arquivologia, segundo os autores analisados a seguir, privilegia as discussões teóricas em torno dos arquivos públicos, mas não explora do mesmo modo os arquivos privados. As reflexões em torno dos arquivos pessoais revelam a preocupação de alguns autores em conceituar o arquivo pessoal como arquivo, diferenciando-o das coleções, e em definir as características desses conjuntos, características estas, arquivísticas de fato.

A existência dos arquivos pessoais é resultante da ocorrência de mudanças nas práticas sociais que proporcionaram a construção de valores aos documentos produzidos por pessoas “comuns”, no âmbito de sua vida privada. Em parte pelo surgimento da “escrita de si”, que é definida por Gomes da seguinte forma:

A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da idéia de um a relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. (GOMES, 2004, p. 10).

Ainda segundo Gomes (idem, p. 10-11), essa prática tem início no século XVIII com o surgimento da prática individual de registro das experiências cotidianas, aliada à conjuntura do surgimento dos termos biografia e autobiografia (século XVII-XIX), à institucionalização dos museus e ao aparecimento do romance moderno. O período do surgimento de tais práticas é o mesmo em que são instituídos os direitos civis e políticos, respectivamente nos séculos XVIII e XIX.

A “escrita de si” é uma escrita do cotidiano. O que resta dessa escrita, e mais tantos outros documentos pessoais e profissionais produzidos para e pelos

indivíduos, constituirão um arquivo pessoal. Há documentos como cartas, diários, poemas, documentos de identificação civil, diplomas acadêmicos, fichas médicas, recibos, fichas escolares, dentre outros, que irão legitimar determinadas práticas dos cidadãos (formalmente ou informalmente), principalmente no mundo ocidental.

Esses arquivos, para além dos limites da vida íntima, asseguram direitos, seja através dos documentos que inscrevem os indivíduos na sociedade da escrita e da história, seja através dos que garantem o exercício dos direitos sociais. Nesse sentido, o arquivo tem o poder de incluir, além de ser prova de existência. E segundo Artières, devem ser constituídos e preservados pelos indivíduos como prova de sua trajetória e inserção social. Segundo o autor:

Além disso, o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar apto a apresentar o inventário deles: seu *curriculum vitae*. O que é um *curriculum* senão o inventário dos nossos arquivos domésticos? A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço e telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques. Um *curriculum* é uma autobiografia resumida, um sumário: só traz o essencial. Num *curriculum* a lacuna é banida, é sinônimo de um vazio, de um período sem escrita. Devemos portanto manter os nossos arquivos com cuidado; não apenas não perder os nossos papéis, mas também provar que eles estão bem classificados. Eles devem revelar uma coerência condizente com a norma. (ARTIÈRES, 1998, p. 6).

Para Artières, o arquivo pessoal é um instrumento de reconhecimento e afirmação da identidade individual. É criado e conservado para evocar o passado, vislumbrar o futuro e regular o cotidiano. O hábito de guardar os próprios documentos pode ser uma tradição passada através de gerações, mesmo que os suportes se modifiquem ou se extingam em função das práticas humanas e tecnológicas. Enquanto os documentos estão com o produtor, não há regras que o obriguem a conservar os mesmos, mas há o entendimento de que os cuidados com o próprio arquivo embasam a escrita da história individual desse sujeito (ARTIÈRES, 1998, p. 7).

Antes do arquivo institucionalizado e eleito como fonte por pesquisadores, há o sujeito produtor desse arquivo e o relacionamento com os seus documentos. Entre a compreensão do indivíduo sobre seus documentos e o arquivo que é recebido por uma instituição de custódia, há uma longa trajetória,

sujeita a interceptações que podem implicar em modificação do conjunto de documentos.

Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012), em seu livro *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*, apresenta um panorama dos processos de inserção dos arquivos pessoais como questão teórica na Arquivologia na França, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. Dessa análise é possível obter uma síntese relativa ao percurso dos arquivos pessoais das mãos dos produtores até as instituições arquivísticas ao longo dos séculos XIX e XX.

Na França, somente a partir da segunda metade do século XIX, os arquivos privados passaram a adquirir importância para as instituições. E somente a partir de 1891 os arquivos pessoais começam a ser reconhecidos pelo público. Essa ocorrência se deve à necessidade do Arquivo Nacional da França, a serviço do Estado francês, de resgatar documentos públicos que haviam passado para “mãos privadas”. Conforme a autora: “[...] no ano de 1856, das cento e setenta e cinco entradas de arquivos por meio de mecanismos outros que não os administrativos tradicionais, somente quinze eram de arquivos privados” (OLIVEIRA, 2012, p. 24-25).

A partir da Primeira Guerra Mundial, os arquivos privados passaram a ingressar no Arquivo Nacional da França em decorrência da ameaça de “evasão de documentos”, característica da movimentação da população. No Reino Unido, essa situação também ocorreu pelo mesmo motivo (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

Das ações que asseguraram a preservação e o acesso a esses arquivos, uma vez que se ampliaram os usos dos arquivos como fontes, principalmente por historiadores, destacam-se:

- a elaboração do inventário dos arquivos nas propriedades dos custodiadores ou titulares, por arquivistas do Arquivo Nacional da França;
- a formalização do processo de custódia dos arquivos através da assinatura do “contrato de depósito” que garantia a propriedade dos arquivos aos custodiadores e franqueava o acesso dos pesquisadores;
- a proteção aos arquivos privados de interesse nacional, considerados monumentos históricos, inclusive de evasão para o estrangeiro, por meio do Decreto-Lei de 17 de junho de 1938;
- o tratamento dos arquivos privados segundo os mesmos princípios e métodos aplicados aos arquivos públicos;

– a gestão do diretor do Arquivo Nacional da França, entre 1949 e 1956. (OLIVEIRA, 2012, p. 26-27).

Apesar do processo histórico que envolveu a França numa questão patrimonial de grande interesse para a nação, somente em 1979, com a publicação da Lei de 3 de janeiro daquele ano, sobre os arquivos, é que aparece a definição de arquivos privados: “os arquivos produzidos (organicamente produzidos e recebidos) por pessoa física ou jurídica de direito-privado” (OLIVEIRA, 2012, p. 27). Através dessa lei, os arquivos públicos assumem como tarefa o recolhimento dos arquivos históricos.

No Reino Unido, a *Historical Manuscripts Commission* (HMC) foi constituída em 1869, com o objetivo de publicar os manuscritos de “interesse histórico, legal, científico e para a literatura, originários de instituições e famílias” (OLIVEIRA, 2012, p. 28). O trabalho da HMC como comissão provisória passa a ser permanente em 1876. Esse país, assim como a França, sofreu influência da Primeira Guerra Mundial, o que fez com que o Estado se dispusesse a identificar os arquivos familiares e pessoais para fins de preservação, temendo a evasão de documentos, acontecimento que se repetiu em 1926 (OLIVEIRA, 2012, p. 28).

Nos Estados Unidos, segundo Oliveira, a obra de Schellenberg é a primeira a apresentar os arquivos pessoais como questão da Arquivologia. A *Library of Congress* publicou em 1918 os números do primeiro censo realizado em 1916 para identificar as coleções de:

personalidades importantes para a história dos Estados Unidos mantidas por instituições de pesquisa, sociedades históricas, bibliotecas públicas e universidades [...] Segundo [Schellenberg], ao longo do século XIX foram as sociedades históricas que recolheram os papéis manuscritos de personagens de destaque para a história americana, visando o acesso dos mesmos por parte dos genealogistas e historiadores (OLIVEIRA, 2012, p. 29).

No Canadá, o cenário é similar aos descritos anteriormente sobre outros países, com base no histórico elaborado por Oliveira (2012) e por Schellenberg (2006). O interesse nos arquivos privados está relacionado à importância desses arquivos para as necessidades da pesquisa histórica, ainda que seja um critério subjetivo. A justificativa para a preservação reside na relação dos arquivos com a História:

Segundo Taylor, o cenário canadense não difere dos anteriores no que se refere à relação direta entre preservação de arquivos e história, bem como à própria estratégia de aquisição dos arquivos públicos. ‘Documentos públicos e

manuscritos são reunidos de acordo com as prioridades dos historiadores'. (OLIVEIRA, 2012, p. 30).

Os autores citados apresentam vários pontos de concordância em relação às questões que envolvem as discussões sobre os arquivos privados e, especificamente, os arquivos pessoais. Concordam, sobretudo, que esses conjuntos são arquivos e que precisam ser preservados, assim como os arquivos públicos, porém, por razões e circunstâncias distintas. Oliveira afirma:

Entendo o 'arquivo pessoal' como um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social.

Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo.

Cumpra ainda notar que documentos que constituem os arquivos pessoais apresentam as cinco características dos documentos de arquivo: autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade. (OLIVEIRA, 2012, p.33).

Santos e Silva (2012) concordam com Oliveira (2012) ao afirmarem que, na história dos arquivos e na literatura arquivística, os arquivos pessoais nem sempre foram reconhecidos e tratados como arquivos. E que esses conjuntos necessitam de procedimentos normalizados para a preservação e o acesso. Segundo os autores:

Os arquivos pessoais nem sempre foram reconhecidos como arquivos na literatura nacional e internacional. A lógica de acumulação dos documentos nos arquivos pessoais não corresponde àquela das instituições. Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada. Assim, o conhecimento de todo o universo do acervo, para tratá-lo, representa um desafio para arquivistas. Um indivíduo não funciona como uma instituição e estabelece, ao longo de sua vida, ações ligadas ao universo das relações de amizade e sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos. O caráter privado é o referencial a ser compreendido, representando o grande desafio metodológico. Ao arquivista cabe realizar um estudo sobre a vida e obra da pessoa produtora do arquivo, para que possa compreender o conjunto documental, definir abordagens, classificação e todo o tratamento arquivístico a ser adotado, incluindo a preservação e o acesso. (SANTOS; SILVA, 2012, p. 7-8).

Neste trecho do livro *Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da Ciência*, organizado pelos autores e lançado em 2012, destaca-se a necessidade de compreender a lógica de acumulação do arquivo pessoal como imprescindível para o emprego de uma metodologia de tratamento documental. Os arquivos pessoais costumam chegar às instituições de custódia muito desordenados e cheios de lacunas. Em cada um dos capítulos é possível identificar uma série de questões com as quais se defrontam os profissionais que atuam junto aos arquivos pessoais, desde os aspectos metodológicos, até os usos desses conjuntos como fontes. Segundo Vianna:

Os momentos de criação dos arquivos podem ter sujeitos diversos. O processo de acumulação é dinâmico comportando revisões de articulação e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça surpreender seu movimento, sua trajetória: sua vontade de guardar. O que está em questão, portanto, é saber o que o arquivador quer com seus registros. A reflexão deve incidir sobre a globalidade de sua lógica e não sobre o conjunto de informações que seus conteúdos possam fornecer. (VIANNA *et al*, 1986, p. 68).

Não há regras que regulamentem o caráter privado das relações do indivíduo e que interfiram no processo de produção e guarda dos documentos de um arquivo pessoal. Por isso, a lógica de acumulação sempre será um desafio para os profissionais encarregados de tratar esses acervos. Assim como a constituição do arquivo pessoal será marcada pela mescla de documentos que representam atividades formais a outros que representam ações difíceis de serem determinadas, comparando-se, como exemplo, as atividades que geraram uma certidão de nascimento e um diário íntimo. Segundo Camargo e Goulart:

Quanto mais nos afastamos do mundo das imposições jurídicas, característico do ambiente de funcionamento das instituições públicas e privadas, maior relutância encontramos, entre os profissionais da área, em realizar uma abordagem contextual dos arquivos pessoais. É como se não houvesse sustentação teórica para afirmar o valor probatório de certos documentos que escapam à condição de veículos ou produtos de transações, no sentido que os arquivistas de língua inglesa emprestam ao termo, ou seja, ações comunicadas entre duas ou mais pessoas, ou também entre uma pessoa e um conjunto de informações armazenadas e disponíveis a outras pessoas. Nos arquivos pessoais haveria sempre uma zona de penumbra, marcada pela presença de documentos que, a exemplo dos diários íntimos, não teriam a força probatória dos que decorrem de transações, e nessa medida ficariam excluídos da área de competência dos arquivistas. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 40).

Para as autoras, os arquivos são dotados de organicidade e os documentos produzidos e acumulados estão relacionados pelo seu contexto de produção. Essa característica, a partir da análise criteriosa realizada pelo profissional no processo de identificação, permite que o arquivo pessoal seja organizado e preservado como arquivo.

Paulo Roberto Elian dos Santos (2012), em livro dedicado ao estudo da classificação em arquivos pessoais de cientistas, também define o arquivo pessoal como conjunto orgânico, que deve ser tratado a partir de “uma análise pautada nos princípios da arquivologia” e afirma que estes representam uma parcela da memória coletiva. Sobre a constituição dos arquivos diz:

Os arquivos pessoais, ao representarem uma parcela da memória coletiva, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade. Não se criam com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida, e adquirem valor testemunhal por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural. (SANTOS, 2012, p. 49).

A preservação dos arquivos pessoais por meio da institucionalização ocorre a partir da aquisição desses arquivos pelas instituições e tornou-se possível por duas conjunturas: a primeira, a condição primordial pela qual os arquivos se constituem, a produção e acumulação de documentos por parte dos titulares, de maneira consciente ou não para atender a atividades formais e informais; a segunda, pelo reconhecimento desses arquivos para os acervos institucionais.

Para este trabalho, o conceito de preservação utilizado é: “Termo que abrange todas as ações que possibilitem a garantia da integridade das informações e dos significados de um documento, por meio de sua gestão e proteção. Engloba a organização, conservação física e acesso” (SILVA, 2008, p. 76).

A título de contextualização, segundo Conway:

[...] Houve uma época em que defensores da proteção dos artefatos culturais, incluindo livros, fontes documentais primárias e objetos de museu, utilizaram os termos “conservação” e “preservação” reciprocamente. Hoje, preservação é uma palavra que envolve inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamentos de conservação. Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham impedir a posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais. (CONWAY, 2001, p. 14).

A preservação de arquivos envolve mais que o tratamento técnico dispensado a estes conjuntos, no que toca à conservação dos diferentes suportes e das espécies e tipos documentais. A noção de preservação trazida pelo autor pode apresentar diferentes níveis de compreensão por parte dos atores institucionais que atuam nas diferentes etapas do tratamento documental. A visão dos titulares de arquivo pessoal quando manuseiam e arquivam os seus documentos também pode variar em relação ao significado do termo preservação. Ao mesmo tempo, as ações desempenhadas pelas duas partes vão influenciar nos contornos de cada arquivo e do acervo institucionalizado como um todo. Dessa noção dependem as decisões sobre o que é o arquivo pessoal e o que é escolhido para ser preservado nesse contexto.

Nesse sentido, a preservação é entendida como função arquivística, como uma ação que prolonga a existência dos arquivos pessoais adquiridos por uma instituição que se torna responsável pela custódia desses documentos. Essa ação, na prática, conforme sinaliza Silva (2008, p. 74) no parágrafo introdutório do capítulo de seu livro intitulado “*A preservação da informação arquivística governamental*”³ confere à preservação uma amplitude que a aproxima mais dos aspectos políticos do que apenas dos técnicos. Apesar das evidências de que na literatura arquivística a preservação seja prioritariamente tratada apenas como intervenção física sobre os documentos. Segundo Silva:

Com a passagem do tempo, as técnicas de recuperar ou prolongar a vida útil dos monumentos e documentos experimentaram um alto grau de desenvolvimento. Hoje, há um sofisticado conjunto de conhecimento técnico, equipamentos e materiais específicos para a aplicação nas intervenções de preservação, conservação e restauração. No entanto, o mesmo não ocorreu em relação ao seu quadro teórico-conceitual. As poucas abordagens teóricas sobre preservação versam sobre a proteção de monumentos arquitetônicos, do patrimônio artístico, da memória e da herança cultural dos povos. Raras são as que contemplam a preservação da informação, estrito senso. Menos ainda a preservação da informação arquivística. O reflexo mais evidente disso é que a terminologia da área mantém-se com um considerável grau de nebulosidade. (SILVA, 2008, p. 74).

3 O livro de Sérgio Conde de Albite e Silva, “A preservação da Informação Arquivística Governamental” evidencia a importância da formulação de uma política pública para os arquivos.

O conceito de preservação do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística elaborado pelo Arquivo Nacional (2005, p. 135) aparece como “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico”. Neste conceito a preservação está diretamente ligada às técnicas aplicadas aos suportes físicos dos documentos.

O Dicionário de Terminologia Arquivística, elaborado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (1996, p. 61) define preservação como: “função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos”. O segundo conceito apresentado também se concentra nos tratamentos técnicos da documentação, mas assume a preservação como função arquivística.

Segundo Silva, mesmo a preservação sendo considerada na literatura da área, uma função arquivística, ainda são poucos os estudos que estabelecem relações entre a preservação, a gestão de documentos e o acesso. Diz o autor:

Apesar de citada como uma das responsabilidades dos arquivos ou mesmo como objeto de pesquisa na Arquivologia, ainda é escassa, na literatura da área, a produção sobre a preservação como uma das funções arquivísticas específicas. Os estudos que associam a preservação da informação arquivística à gestão de documentos, à eficácia administrativa ou ao acesso e uso social das informações apenas começam a serem produzidos. Sem ocupar uma posição de destaque na produção acadêmica da área, a preservação da informação arquivística, no entanto, tem sido mencionada, com relativa frequência, em artigos que tratam de outras funções arquivísticas. Tanto no cenário arquivístico internacional como nacional. (SILVA, 2008, p.99).

A entrada do arquivo pessoal na instituição de custódia aumenta as possibilidades de cuidados específicos sobre os suportes para aumentar a durabilidade dos suportes físicos. No entanto, não há garantia de vida eterna para documentos, apenas de longevidade, mesmo cabendo à instituição o zelo pela integridade de seu acervo. O arquivo pessoal, assim como o arquivo público, torna-se mais seguro e mais amplamente acessível quando custodiado por uma instituição, que considere a preservação como função arquivística. E a aquisição é nesse aspecto, uma ação fundamental à preservação e ao acesso.

Para que cheguem a este estágio de preservação e acesso, os arquivos pessoais precisam, antes de tudo, serem constituídos. É necessário que a prática de se documentar e os cuidados com os documentos pessoais façam parte da rotina das pessoas. Os arquivos pessoais resultam das atividades de indivíduos

que se percebem como tal e as práticas sociais desses indivíduos faz com que estes produzam e acumulem documentos.

A aquisição de arquivos pessoais

De acordo com a literatura analisada, as modalidades de aquisição de acervos são: compra, doação, permuta, empréstimo, recolhimento, comodato e legado. A doação é a modalidade a ser analisada no âmbito deste trabalho. Embora o recolhimento e a doação sejam ações distintas, é comum a utilização da expressão recolhimento, uma atividade característica da gestão de documentos aplicada aos acervos institucionais, para designar a entrada de arquivos pessoais em instituições para a custódia definitiva.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p. 4) aquisição é a “ação formal em que se funda a transmissão de propriedade de documentos e arquivos (1). Ver também: **entrada de documentos**”. E por “entrada de documentos” o “ingresso de documentos no protocolo ou no arquivo (2). Ver também: **aquisição, registro** (4).” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p. 33, grifos do autor).

Sobre o conceito de “registro”, a mesma publicação apresenta quatro conceitos distintos. Os três primeiros relativos à expedição, recebimentos de documentos e controle de entrada em protocolos. O quarto conceito, no entanto, refere-se ao arquivo como lugar de custódia e está definido como: “Atividade de um **arquivo** (2) que consiste na elaboração de instrumento de controle da **entrada de documentos** por **transferência, recolhimento, reintegração, compra, arrematação, doação, legado** ou **depósito** (1)”. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p. 65, grifos do autor).

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o conceito de entrada de documentos é:

1. Ingresso de **documentos** em **arquivo** (2), seja por **comodato, compra, custódia, dação, depósito** (2), **doação, empréstimo, legado**, permuta, **recolhimento, reintegração** (1) ou **transferência**. *Ver também registro de entrada de documentos*.
2. Ingresso de **documentos** em **arquivo corrente** (2) através do **protocolo**. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 85, grifos do autor).

O mesmo dicionário define doação como: “**entrada de documentos (1)** resultante da cessão gratuita e voluntária de propriedade feita por **entidade coletiva**, pessoa ou família (grifos do autor)”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72, grifos do autor).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística apresenta também o conceito de “registro de entrada de documentos”, que é: “Instrumento de controle de entrada de documentos num arquivo (2), em geral em ordem numérico-cronológica” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 145). O termo aqui definido é sinônimo de “registro” segundo o Dicionário da AAB (1996, p.65).

Com base na literatura arquivística, a aquisição de arquivos pessoais por meio da doação para instituições de custódia decorre da relevância atribuída aos arquivos em função da linha de acervo das instituições que os adquirem. A Lei 8.159 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), a Lei de Arquivos, na parte destinada aos arquivos privados, categoria na qual se inserem os arquivos pessoais, define que estes podem ser considerados de interesse público e social em função de sua relevância para a sociedade. As valorações são atribuídas pela percepção que os atores envolvidos no processo de aquisição têm desses conjuntos documentais.

No caso da aquisição de arquivos pessoais, não há uma determinação previamente estabelecida, como ocorre com o recolhimento de documentos de arquivo público. O compromisso de pessoas físicas em transferir os seus arquivos para as instituições arquivísticas e serviços em instituições com autoridade arquivística vai depender do interesse de doadores e de instituições.

A Lei 8.159, de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), estabelece entre os artigos 11 e 15 que os arquivos privados são constituídos por conjuntos documentais produzidos e recebidos por pessoas físicas ou jurídicas no andamento de suas atividades. Segundo a lei, esses arquivos podem ser classificados como documentos de interesse público e social pelo Poder Público, em virtude de sua relevância para a cultura, história e ciência. A Lei estabelece ainda, que os arquivos privados não poderão ser “alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior” (Idem).

As discussões em torno das questões que envolvem a classificação de arquivos privados como de interesse público e social na comunidade arquivística, tem início em 1980 (SILVA, 2011, p. 36). E para maiores detalhes sobre o trabalho do CONARQ e das suas Câmaras Técnicas nos processos de

classificação como de interesse público e social, a pesquisa do autor citado constitui em uma referência importante.

A Lei de Arquivos (BRASIL, 1991), na parte que toca aos arquivos privados ou em outras, não indica os responsáveis nas instituições pelo processo decisório relativo à aquisição de arquivos pessoais, tampouco apresenta os critérios para tal ação, o que sugere que as instituições tem liberdade para criar e aplicar os seus próprios critérios.

As dificuldades em analisar a dicotomia entre público e privado podem ser mais bem compreendidas a partir da visão de Bobbio (1987, p. 14-15) sobre o direito público e o direito privado. Onde se discute as diferenças entre o que pertence ao público e o que pertence ao particular; sobre o que pertence às coletividades e o que pertence à família ou grupos menores.

As indefinições da Lei de Arquivos resultam da indefinição do Direito. No âmbito do Direito, o conceito de público é mais facilmente explicado do que o conceito de privado, que é definido a partir da negação do que não é público. Desse modo, o conceito de público é o conceito dominante. Como consequência, a Lei de Arquivos explica melhor os limites e responsabilidades das instituições com relação aos arquivos públicos do que em relação aos arquivos pessoais.

Nas explicações de Bobbio, é possível observar a ocorrência da primazia do público sobre o privado, nos processos de “publicização do privado” e de “privatização do público”. Segundo o autor:

Os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. O primeiro reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos. O Estado pode ser corretamente representado como o lugar onde se desenvolvem e se compõem, para novamente decompor-se e recompor-se, estes conflitos, através do instrumento jurídico de um acordo continuamente renovado, representação moderna da tradicional figura do contrato social. (BOBBIO, 1987, p. 27).

A aquisição por meio da doação pode ser uma meta dos arquivos públicos ou dos serviços de arquivo de instituições públicas, desde que estas instituições se estruturarem para assumir tal responsabilidade. A doação é apenas uma das modalidades de aquisição de arquivos pessoais e se constitui em uma

ação formal, permitindo que arquivos pessoais sejam preservados e acessados pelo público.

O manual publicado em 1998 pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC), intitulado Metodologia de Organização de Arquivos Pessoais: a experiência do CPDOC (1998), foi a primeira obra publicada com o objetivo de difundir uma metodologia de tratamento documental para arquivos pessoais e apresenta o seguinte, sobre a formalização da doação de arquivos pessoais:

O instrumento legal da doação do arquivo ao CPDOC é um contrato firmado entre a Fundação Getúlio Vargas e o doador do arquivo. Esse instrumento garante ao CPDOC os direitos de posse, divulgação e publicação dos documentos que integram seu acervo. O Centro, em contrapartida, compromete-se a organizar, inventariar, catalogar e conservar os documentos doados com o objetivo de torná-los acessíveis ao estudo e à pesquisa de caráter acadêmico-cultural, relacionados à história contemporânea do Brasil. (FGV/CPDOC, 1998, p. 9).

Este documento foi ao longo de muitos anos, um referencial para diversas instituições públicas e privadas, como o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e a Fiocruz que o adotaram na organização dos arquivos pessoais, até desenvolverem suas próprias metodologias de trabalho.

Embora o CPDOC tenha se destacado no cenário arquivístico na aquisição e organização dos arquivos pessoais, outras instituições na cidade do Rio de Janeiro já tinham dentre suas atividades a preservação de arquivos e coleções pessoais. Este é o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), da Biblioteca Nacional (BN) e do Arquivo Nacional (AN).

No Manual do CPDOC utiliza-se o termo doação, que é uma modalidade de aquisição empregada com mais frequência para indicar a forma pela qual um arquivo foi adquirido e não recolhido no sentido *stricto sensu*. A efetivação da doação está vinculada a um acordo selado entre as partes envolvidas em instrumento jurídico próprio, no caso, o contrato.

O Termo de Doação é uma espécie de contrato específico para a aquisição de arquivos pessoais bastante utilizado por instituições públicas. O seu formato vai variar em decorrência da organização e orientação jurídica de cada instituição na celebração de seus acordos de transferência de custódia de arquivos pessoais entre o doador e a instituição.

Nos dicionários da área de Arquivologia, o conceito de Termo de Doação aparece como o “Instrumento legal particular que define e formaliza uma doação a arquivo (2)” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 161). Outras modalidades de aquisição utilizam outros instrumentos jurídicos, como: recibos, contratos de comodato, cessão temporária, dentre outros.

Na introdução do seu livro *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*, Oliveira (2012, p. 17) evidencia a importância dos arquivos pessoais e atribui à década de 1980 o momento no qual estes conjuntos passam a ser vistos como um lugar social. A autora afirma a aquisição como uma ação política e sobre isso escreve:

As questões políticas envolvem o programa de aquisição⁴ da instituição custodiadora, as prioridades de organização e o acesso aos acervos. Dentro desse escopo devemos observar:

- a missão da instituição custodiadora dos arquivos;
- os objetivos institucionais da unidade organizacional;
- os mecanismos de divulgação dos acervos;
- as características individuais dos arquivos quanto à sua natureza e restrições. (OLIVEIRA, 2012, p. 17).

Schellenberg (2006), especificamente no capítulo intitulado *Descrição de papéis privados*, sugere aos profissionais encarregados da preservação e da institucionalização de arquivos privados, alguns cuidados indispensáveis aos recolhimentos ou entradas (*accession registers*)⁵ realizadas em várias remessas. O registro da entrada de cada uma das remessas, e das informações obtidas junto aos doadores ou vendedores no momento da aquisição desses arquivos está entre as medidas por ele sugeridas. Segundo o autor, o Registro de Entrada de Documentos:

4 Nota do Autor: “Entende-se aquisição como o processo de entrada (compra, doação ou transferência) de um acervo para custódia em um serviço arquivístico ou instituição arquivística.” (*id. ibid.*)

5 “Accession register” é o termo correspondente a ‘registro de entrada de documentos’ que é o “Instrumento de controle de entrada de documentos num arquivo (2), em geral em ordem numérico-cronológica”. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 145.

Deve conter os seguintes dados sobre cada recolhimento: a) a proveniência, indicada pelo nome da pessoa ou entidade que produziu, colecionou, vendeu ou doou os papéis ao repositório de manuscritos, ou pelos três; b) o caráter, que deve ser indicado por meio de informação sobre os principais tipos físicos e formas aí encontradas, o assunto, refletido pela natureza da atividade que deu origem à sua produção, o caráter de seu produtor, e as datas em que foram produzidos; e c) as condições de aquisição, incluindo, se convier, informação sobre o preço de compra, restrições quanto ao uso e direitos autorais que couberem. (SCHELLENBERG, 2006, p. 233).

Em diferentes épocas, vários autores desenvolveram suas reflexões em torno dos arquivos, destacando as metodologias de tratamento documental. A menção à entrada de acervo nas instituições ocorre no livro de Schellenberg (2006, 6ª edição) e de Oliveira (2012)⁶. Os autores evidenciaram em épocas distintas a importância da descrição documental, mencionando o registro de informações e a documentação da entrada de arquivos pessoais nas instituições como parte importante da preservação e difusão desses arquivos.

Quando se referiram aos cuidados com a informação sobre os arquivos adquiridos, sinalizaram a necessidade de cuidar do processo de documentação do acervo. Nesse sentido, sugerem que as diretrizes de uma política de aquisição devem conter orientações sobre o processo de documentação da entrada de acervo nas instituições, visando à preservação e acesso ao mesmo.

Ao escrever sobre a constituição de acervos em instituições de pesquisa, Lisboa (2012, p. 11-19) afirma que os diálogos entre o doador e a instituição são fundamentais para uma compreensão do que é o arquivo de um indivíduo. Ela aponta que a instituição e o arquivo constituem lugares de memória e que os critérios adotados para decidir o que será preservado devem considerar os aspectos da memória e da História. A definição da linha de acervo para a aquisição de arquivos pessoais por instituições de pesquisa deve se basear na missão institucional e área do conhecimento.

Cabe à instituição divulgar o trabalho de preservação de arquivos pessoais na sociedade. Somente dessa maneira será possível explicitar as etapas do trabalho de preservação de acervos e a aquisição como etapa desse processo. É

6 O livro de Schellenberg foi publicado em 1955 e traduzido no Brasil em 1973. O livro de Velloso foi lançado em 2012.

na convivência entre os agentes da instituição e os doadores que se dá a abordagem da instituição de custódia sobre o trabalho que executa:

Ao negociar com a família a doação de um arquivo particular para uma instituição de preservação, o profissional indica ser esse merecedor de receber as mesmas funções de outros bens simbólicos, e a nossa recusa ou o nosso aceite pode determinar um ‘apagamento’ ou uma ‘perpetuação’ de representações de um passado linear ou ideal (DOLAK⁷, 2008, p. 218). Saber a história do titular do arquivo, das instituições em que trabalhou, ou ajudou a criar ou a fortalecer, bem como sua inserção no meio científico contribui para uma avaliação mais segura de um arquivo durante a negociação do mesmo. Essa medida também é válida durante o processo de organização do arquivo. O conhecimento do processo histórico percorrido pelo seu titular, ao longo de sua trajetória, é o melhor instrumental para o arquivista na etapa de identificação dos documentos, porque permite vislumbrar a lógica de acumulação dos mesmos. (LISBOA, 2012, p. 16).

As práticas enraizadas nas ações de aquisição demonstram que não há naturalidade nesse processo. Seja na produção e acumulação de documentos de um arquivo, seja na decisão por quais arquivos preservar. Há a interferência do produtor, dos limites e imposições de critérios por parte da instituição, bem como do profissional, enquanto agente da instituição. Segundo Luciana Quillet Heymann:

A transferência de conjuntos de natureza privada para o espaço público implica, portanto, negociações, seja no caso da doação a uma instituição arquivística já existente, pública ou privada, seja no caso da fundação de uma instituição com o propósito de abrigar o acervo. [...]. No caso da entrega dos documentos a uma instituição já existente, a passagem do domínio privado ao público implica o oferecimento do arquivo e sua aceitação no mercado de bens culturais, gesto que será tão mais legitimador do seu capital simbólico quanto mais prestígio tiver a instituição de guarda. Ou os documentos podem ter sua doação ou compra solicitadas por uma instituição, evidenciando-se assim o capital de que o próprio arquivo é dotado. Neste caso, opera-se uma valorização que vai do arquivo à instituição, já que possuir determinados

7 A autora se apoia no texto de Dolak para citar os termos “apagamento” e “perpetuação”. Para mais informações, ver DOLAK, Jan. *Cultura do patrimônio e sua conservação* In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues, GRANATO, Marcus et al. (Org.) **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

conjuntos documentais confere prestígio, funcionando como elemento de legitimação institucional. (HEYMANN, 2010, p. 111-112).

O processo de institucionalização do arquivo não é neutro porque a própria entrada do arquivo no serviço de arquivo o transforma, em função da sua relevância e valores atribuídos. O arquivo privado passa a ser público quando ingressa na instituição pública, pelo fato de ser transformado em um bem de propriedade da União, sob a guarda de uma determinada instituição. Essa transformação prolonga a existência de determinados arquivos em relação a outros não institucionalizados. E também contribui para ampliar a visibilidade do titular do arquivo, dos seus feitos e dos lugares por onde passou.

Wysterley Marins da Silva (2011), em sua pesquisa de Mestrado que deu origem à dissertação intitulada *Arquivos de Interesse Público e Social: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos*, afirma que a Lei de Arquivos, bem como os registros em atas da atuação do Conselho Nacional de Arquivos, não esclarecem quanto aos critérios e limites para a decisão sobre o que pode ser identificado como de interesse público e social em função de uma relevância atribuída:

Conclui-se mediante os resultados da análise dos dados coletados no Conselho Nacional de Arquivos, a partir dos documentos por ele produzidos, e nas entrevistas realizadas com os atores sociais envolvidos no processo da declaração de interesse público e social, bem como na legislação vigente regulamentadora da matéria, que a definição do interesse público e social relativo aos arquivos privados não é clara, pois os seus limites não estão bem delimitados tanto na legislação quanto pelos representantes do CONARQ. (SILVA, 2011, p. 7).

Na ausência de uma política arquivística por parte do Estado, as instituições se organizam e criam as suas regras apoiando-se e estabelecendo parcerias. As instituições adquirem arquivos pessoais com base no perfil institucional e na linha de acervo pertinente ao seu perfil. A aquisição de acervos é uma ação importante para a preservação.

Santos (2012, p. 30), no que se refere à captação de arquivos e coleções, nos serviços de arquivo de duas instituições de pesquisa, menciona a necessidade de definição de linhas de acervo. Na primeira delas, a Fiocruz, a linha de constituição de acervo considera em termos de proveniência, os de cientistas, médicos sanitaristas, técnicos e outros profissionais da saúde pública. Na segunda, o MAST, a aquisição está dirigida para os conjuntos documentais de

pesquisadores com trajetórias no campo da astronomia, química, matemática, energia nuclear e meteorologia.

Nos exemplos do MAST e da Fiocruz pode-se observar que as instituições de pesquisa preservam acervos com o objetivo de proporcionar à sociedade o acesso ao legado sob sua guarda, desde que estes acervos comportem conteúdos relacionados aos temas de interesse da instituição.

Considerações finais

A análise da literatura possibilitou constatar: que os arquivos pessoais são conceituados e problematizados na teoria arquivística como arquivos; que os mesmos resultam das práticas sociais de indivíduos que produzem e acumulam documentos, preservados por eles ou por seus herdeiros, dentre outras pessoas; e que a preservação é uma função arquivística fundamental para assegurar a longevidade dos documentos e o acesso aos mesmos.

É durante as primeiras etapas do processo de aquisição que se inicia a identificação dos documentos que constituem os arquivos pessoais e que se define o que será institucionalizado como arquivo. Todo o comprometimento institucional com o tratamento técnico e com a manutenção da integridade dos arquivos começa na identificação.

Recolhimento e doação são ações distintas de acordo com a terminologia arquivística. No entanto, é comum o uso na literatura da área do termo recolhimento para designar também a doação de arquivos pessoais para instituições. Não é o uso do termo recolhimento em lugar de doação que acarretará em prejuízos para o trabalho de preservação de arquivos pessoais, mas a falta de atenção para os detalhes técnicos e políticos que cercam a doação.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 1-30, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB/NR-SP, 1996.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Pensamento Crítico, v. 69.

BORGES, R. S. A institucionalização de arquivos pessoais na Fiocruz: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero / Renata Silva Borges. – Niterói, RJ : [s.n.], 2014. 160 f.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues, GRANATO, Marcus et al. (Org.) *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. *Arquivo Oswaldo Cruz: inventário analítico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

_____. *Fundo Carlos Chagas: inventário*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

_____. Departamento de Arquivo e Documentação. *Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz*. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 200

CONWAY, P. *Preservação no universo digital*. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos / Arquivo Nacional, 2001.

DOLAK, J. Cultura do patrimônio e sua conservação *In: CARVALHO, C. S. R. et al. (Org.). Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Rio de Janeiro). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4.ed. versão atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

GOMES, A. C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

HEYMANN, L. Q. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. *In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C.*

(Orgs.). *Documento: gênese e contexto de uso*. Niterói: EDUFF, 2010. p. 111-122.

LISBOA, A. G. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, M. C. S. M. e; SANTOS, P. R. E. dos. (Orgs.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da Ciência*. Rio de Janeiro: AAB, 2012. p. 11-20.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (Rio de Janeiro). *Política de aquisição e descarte de acervos*. Rio de Janeiro: MAST, 2011.

OLIVEIRA, L. M. V. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

SANTOS, P. R. E. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

SANTOS, P. R. E.; SILVA, M. C. S. M. (Orgs.). Apresentação. In: _____. *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da Ciência*. Rio de Janeiro: AAB, 2012. p. 7-10.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SILVA, E. P. O conceito de informação arquivística no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 11., Rio de Janeiro, 2010. Rio de Janeiro: ANCIB, 2010. p. 18.

SILVA, M. C. S. M. Controle de acervos. In: SILVA, M. C. S. M. (Org.). *Segurança de acervos culturais*. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 13-32.

_____ (org). *Segurança de acervos culturais*. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

SILVA, S. C. A. *A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

SILVA, W. M. *Arquivos de interesse público e social: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos*. Niterói: UFF / PPGCI, 2011. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Informação.

VIANNA, A. *et al.* A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, p. 62-76, jul./dez., 1986.

Fontes Eletrônicas

BRASIL. Lei 8159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

CASA DE OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro). Disponível em: <www.coc.fiocruz.br>. Último acesso em: 23 maio 2013.

_____. *Base Arch*. Disponível em: <www.coc.fiocruz.br>. Último acesso em: 20 nov. 2013.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro). Disponível em: <www.fiocruz.br>. Último acesso em: 23 maio 2013.

**A VIDA PRIVADA DE
CIENTISTAS RETRATADA EM
SEUS ARQUIVOS PESSOAIS**

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Márcia Cristina Duarte Trancoso

Notas biográficas

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Arquivista do Museu de Astronomia e Ciências Afins, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

Márcia Cristina Duarte Trancoso

Arquivista, atuando no Museu de Astronomia e Ciências Afins como Bolsista do Programa de Capacitação Institucional.

Introdução

O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”,

Os recentes estudos de tipologia documental têm sua inspiração na diplomática do século XVII. A diplomática surgiu da necessidade de avaliar a autenticidade de documentos antigos da Santa Sé, governo central da igreja, jurisdição eclesiástica do Papa, relacionada ao direito patrimonial de terras da igreja e, deste modo, comprovar a autenticidade dos documentos da igreja, por meio da técnica de análise documental praticada pelos monges medievais. A diplomática em sua forma clássica objetiva,

julgar e identificar se o documento, manuscrito ou impresso, antigo ou recente, é autêntico, falso ou falsificado, além de analisar sua tipologia (LEAL; SIQUEIRA, 2011).

Após a publicação do livro sobre a história dos santos, de autoria de padres jesuítas franceses, em 1643, teve início uma série de contestações acerca da veracidade e de documentos falsos.

Jean Mabillon, da abadia de Saint-Denis, publicou, em 1681, a primeira obra diplomática, chamada “De re diplomatica libri VI”, com o objetivo de justificar a eficiência dos documentalistas beneditinos. Nessa obra, o autor definiu regras de crítica textual, avaliando a forma do documento, o conjunto de caracteres extrínsecos, por exemplo, o papel, e intrínsecos, por exemplo, o texto, dos quais se constituem. O esclarecimento dado por Bellotto (2002) para os documentos diplomáticos refere-se à natureza jurídica dos mesmos:

Os documentos diplomáticos, objeto da diplomática, se tomados de forma ortodoxa, são os de natureza jurídica, que refletem no ato escrito as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos (BELLOTO, 2002, P. 35).

Nos séculos XVIII e XIX, a técnica de análise documental promovida pela diplomática era utilizada no auxílio a outras áreas do conhecimento, como o direito e a história, que tratavam do tema em seus cursos.

Muitas escolas de direito europeias incorporaram seus conceitos e princípios em seus currículos. Ao final do século XIX, entretanto, sob a influência da filologia clássica e da escola científica da historiografia, a diplomática emergiu como instrumento para avaliar autoridade de documentos medievais como fontes históricas (DURANTI, 2005, p. 4).

Hoje, a arquivologia vem utilizando a diplomática em estudos de tipos documentais, a utilização se materializa nos processos de organização de documentos de arquivo, na construção de séries documentais, as quais precisam espelhar o vínculo orgânico entre o documento e a ação que ele representa a título de prova ou evidência.

A identificação dos tipos documentais, também, é importante para a classificação e descrição dos documentos, facilitando a elaboração dos inventários. Além de ser útil na etapa de identificação de documentos ainda não organizados, e na proposta de plano de arranjo ou classificação.

Quanto mais se conhece a função dos documentos, mais apurada será a contextualização da produção documental e, por consequência, sua classificação, avaliação e descrição, minimizando assim as incoerências que podem dificultar a compreensão dos conjuntos orgânicos.

Tipologia documental ou o estudo tipológico

A tipologia documental é o estudo mais detalhado do documento, considerando sua estrutura física e as informações constantes do documento (assunto, procedência e função), por exemplo: cabeçalho, forma de introduzir o texto, margem, linguagem, entre outras. A tipologia documental deve ser considerada como

a ampliação da diplomática em relação da gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora (BELLOTTO, 2008, p. 7).

Neste sentido, o estudo tipológico está diretamente relacionado à atividade que deu origem ao documento. Isto permite compreender melhor a lógica orgânica dos conjuntos documentais, uma vez que vincula suas competências, sejam elas administrativas, jurídicas ou outras.

Para Bellotto (2008), o conhecimento prévio das atividades e das competências é essencial para a organização e disseminação da produção documental de uma entidade (instituição/pessoa). Só assim será possível entender o porquê da escolha das tipologias documentais adequadas para comprovar competências, funções e atividades de determinado arquivo.

Os estudiosos que se preocuparam com este tema sempre estiveram buscando uma conceituação capaz de definir o documento em sua essência arquivística, isto é, como parte integrante de um conjunto de outros documentos, gerados

naturalmente no exercício das mesmas atividades. A particularidade do documento arquivístico, ao mesmo tempo único e múltiplo (quando inserido na série documental), representou um desafio a ser superado na tentativa de conceituação do tipo documental (LOPEZ, 1999, p. 71).

O estudo dos tipos documentais visa padronizar denominações para os documentos e adequá-las à época em que foram produzidos. Entretanto, precisamos estar atentos para a variedade de registros e formas. Cada atividade tem uma maneira própria de expressar suas ações, que tomam forma nos documentos caracterizando tipos documentais diferenciados.

Os documentos produzidos pela administração geralmente possuem uma maneira própria, conhecida e definida, tais como: portaria, resolução, memorando, entre outros; já os documentos produzidos e acumulados em arquivos pessoais de cientistas, muitas vezes, não apresentam maneira definida, pois há liberdade para a seleção dos documentos que serão preservados como arquivo pessoal. Em muitos casos, os documentos são desconhecidos e precisam ser identificados e nomeados.

Estudar e nomear os tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas é uma tarefa com um grande potencial de estudo, uma vez que a produção documental científica é ampla, bem como a variedade de tipos documentais. Para cada espécie documental é possível encontrar diferentes tipos documentais, tais como a espécie carta, que, conforme a atividade, pode ser carta de agradecimento, de recomendação, de apresentação etc.

A identificação dos tipos documentais pretende também servir como um modelo para o reconhecimento de outros documentos com características semelhantes, identificando, ainda, suas modificações com o passar do tempo.

Desenvolvimento da metodologia

Para realizar o estudo tipológico em arquivos pessoais de cientistas do MAST, foi desenvolvida uma metodologia de levantamento, baseada em dois trabalhos: o guia⁸ do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, criado para

8 HAAS, Joan K.; SAMUELS, Helen Willa; SIMMONS, Barbara Tripel. *Appraising the records of modern science and technology: a guide*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1985.

auxiliar arquivistas na avaliação de documentos mapeando todas as atividades desenvolvidas, a função de cada uma com recomendações para a guarda dos documentos; e o quadro de funções apresentado por Paulo Elian dos Santos⁹ para arquivos pessoais de cientistas.

O guia está estruturado em categorias de atividades: pessoais, profissionais, científicas e tecnológicas, com definições e os documentos correspondentes. As últimas, ligadas diretamente ao trabalho de pesquisa em instituições de ensino e pesquisa, o guia as divide em três fases: administração da pesquisa e desenvolvimento; pesquisa e desenvolvimento; e disseminação. Para cada um dos segmentos, distribui as atividades realizadas e os documentos produzidos por estas atividades (tipologia documental), facilitando a classificação da produção documental por atividade, tornando mais evidentes as ações do produtor.

O guia considera as atividades pessoais levando em consideração que os documentos pessoais de pesquisadores que atuam nas instituições de ensino e pesquisa são, em primeiro lugar, de interesse da instituição. Assim, este instrumento também mapeia os documentos pessoais, categorizando-os.

O segundo trabalho que norteou o desenvolvimento da metodologia de levantamento foi a dissertação de Paulo Elian dos Santos que analisa alguns procedimentos técnicos na busca pelo aperfeiçoamento da organização de arquivos pessoais de cientistas do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, como o levantamento e sistematização de informações sobre a vida e a obra do titular, buscando o estabelecimento das áreas, funções e atividades. O autor, após estudar o quadro de arranjo elaborado para vários arquivos pessoais de cientistas, apresentou o quadro de funções cuja proposta consiste na categorização das atividades pessoais e profissionais desempenhadas por cientistas durante a vida. Sua proposta é de um método funcional para a organização de arquivos pessoais de cientistas. Este método ressalta as atividades/funções que deram origem aos documentos do produtor e está intimamente ligado aos estudos de tipologia documental. Contudo, para

9 SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

organizar os arquivos pessoais sob a guarda do MAST não era suficiente tratar apenas das categorias expressas no guia do MIT e nem apenas a proposta de categorização das atividades expostas por Santos, já que as duas iniciativas se complementam.

Assim sendo, a junção e a adaptação das duas propostas contribuíram para o desenvolvimento do quadro de categorias de atividades pessoais e profissionais de cientista. O quadro foi produzido com o objetivo de ser mais completo e de atender de forma mais ampla às necessidades do levantamento das atividades desempenhadas pelo cientista.

Como os arquivos de cientistas não se enquadram em um “modelo único” de organização, as atividades praticadas pelo produtor dos documentos farão a diferença em um plano de classificação.

A sedimentação de esquemas de classificação predominantemente não funcionais, baseados em diferentes critérios de formação de séries, a insistência em um processo de arranjo e descrição que molda determinadas “chaves de entrada”, como as séries de Produção Intelectual e Correspondência, por exemplo, “divorcia” documentos textuais e documentos fotográficos ou audiovisuais; e fragmenta e descontextualiza os documentos de seu *lôcus* orgânico de produção e acumulação (SANTOS, 2005, p. 35).

Criação do Quadro de Categorias de Atividades

Os arquivos pessoais que compõem o acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST são de cientistas de diversas áreas. Cada uma das áreas possui atividades e metodologias próprias, relacionadas às práticas de sua pesquisa. Para que uma metodologia de levantamento pudesse abranger qualquer área, seria preciso que fosse ampla o suficiente e, ao mesmo tempo, contemplasse atividades comuns a todas as áreas. Por esta razão, não se poderia limitar os tipos documentais a uma determinada área do conhecimento. A metodologia para o levantamento deveria contemplar todos os arquivos pessoais, e todas as atividades. Assim, as atividades precisavam ser vistas no geral, deixando as especificidades para a organização individual de cada fundo.

Para a organização dos arquivos pessoais sob a guarda do MAST não era suficiente tratar apenas das categorias expressas no Guia do MIT, nem apenas as propostas por Santos. Mas as duas propostas complementavam-se harmoniosamente, e foram adaptadas para o levantamento. O Guia do MIT detalha as atividades ligadas ao trabalho científico e tecnológico, o que é

interessante para um acervo caracterizado como tendo grande maioria dos documentos relacionados às atividades de pesquisa, como é o caso do MAST. Já a proposta de Santos vem complementar a proposta do MIT no que se refere às atividades não relacionadas à pesquisa, mas sim a outros trabalhos desempenhados e à vida pessoal e social.

Assim sendo, a junção e a adaptação das duas propostas contribuíram para o desenvolvimento do Quadro de Categorias de Atividades pessoais e profissionais de cientista, com as categorias documentais e suas respectivas definições conforme apresentado no Quadro 1. O quadro visa auxiliar na organização do arquivo, pois delimita as grandes áreas de atuação do produtor. Contudo, neste trabalho, a atenção está centrada em uma das grandes áreas de atuação do produtor, a vida pessoal.

Quadro 1 – Quadro de categorias de atividades pessoais e profissionais de cientista

1 Atividades vinculadas à vida pessoal	
Atividade	Definição
1.1 Documentos pessoais e de identificação	Documentos produzidos pelo cientista na sua intimidade e enquanto cidadão, para a garantia de direitos e obrigações civis e militares
1.2 Relações familiares	Documentos produzidos no âmbito das relações com familiares
1.3 Relações sociais	Documentos produzidos no âmbito das relações com amigos e a vida em sociedade
1.4 Assuntos financeiros	Documentos produzidos no âmbito da administração doméstica e pessoal, e patrimônio
1.5 Atividades de lazer/entretenimento	Documentos produzidos no âmbito do interesse pessoal ou da prática de atividades de esportes, artes e cultura em geral
1.6 Práticas religiosas	Documentos produzidos no âmbito do interesse ou da prática religiosa
1.7 Educação	Documentos sobre a formação escolar básica e cursos realizados, não ligados às atividades profissionais

2 Atividades vinculadas à vida profissional	
2.1 Formação profissional	Documentos sobre a formação superior, ligados às atividades profissionais
2.2 Atividades docentes	Documentos produzidos pela atuação do produtor como professor de cursos de graduação e pós e, conseqüentemente, na formação de profissionais, incluindo participação em bancas e processos de avaliação
2.3 Atividades administrativas em unidades de pesquisa	Documentos produzidos pela atuação do produtor em cargos administrativos em instituição de pesquisa e ensino, que podem ser laboratórios, departamentos e coordenações, ou a instituição
2.4 Consultoria e assessoramento	Documentos produzidos pelas atividades em conselhos, indústria, governo, assessorias ou projetos, ou serviços prestados de forma autônoma
2.5 Filiação em associações e entidades de classe	Documentos produzidos no âmbito da participação do produtor como membro ou dirigente
2.6 Gestão de políticas para ciência e tecnologia	Documentos produzidos pelas atividades de formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a ciência e tecnologia, e no exercício de cargos políticos
3 Atividades de Pesquisa em Ciência e Tecnologia	
3.1 Administração da pesquisa	Documentos produzidos pelas atividades de planejamento da pesquisa, incluindo prioridades, recursos e equipe
3.2 Desenvolvimento da pesquisa	Documentos produzidos pela execução da pesquisa, seja teórica ou experimental, incluindo o planejamento de experimentos e produtos, condução da pesquisa, análise de dados, testes e resultados
3.3 Disseminação dos resultados da pesquisa	Documentos produzidos para a divulgação e publicação dos resultados
4 Atividades políticas	
4.1 Relações e atividades políticas	Documentos que retratam ideologia, interesse e atuação política
4.2 Atuação partidária	Documentos gerados por atividades político-partidárias

A vida privada de cientistas e suas tipologias documentais

As atividades vinculadas à vida pessoal dos cientistas sob guarda do MAST são as que menos têm representantes tipológicos no acervo do MAST. Em geral, os doadores, sejam os herdeiros ou os próprios produtores do arquivo, não percebem a importância de documentos sobre a vida privada para as pesquisas históricas. Ou percebem, mas os consideram demasiadamente privados, ou íntimos, e não estão dispostos a torná-los públicos. Os poucos recebidos, considerando-se a totalidade dos fundos, merecem uma atenção especial e sua valorização contribuirá para a compreensão da relevância destes documentos para a pesquisa da história da ciência.

De acordo com o Quadro 1, os documentos vinculados à vida pessoal referem-se aos documentos de identificação pessoal, às relações familiares e sociais, a assuntos financeiros domésticos, a atividades de lazer e entretenimento, às práticas religiosas e à educação básica.

Neste contexto de produção, optamos por destacar nesta apresentação alguns representantes destas categorias nos arquivos pessoais de cientistas do MAST.

O Documento 1 apresenta um certificado de vacinação. Certificado é uma declaração que garante a veracidade de um fato ou estado de coisas. Neste caso, atesta que a pessoa foi vacinada contra varíola, a data, a cor e a idade da pessoa, e ainda o número de registro no livro de matrícula da Inspetoria de Saúde do Porto, do Departamento Nacional de Saúde.



Documento 1 – Certificado de vacinação
(Arquivo Joaquim da Costa Ribeiro/Acervo MAST)

Este documento, embora seu contexto de produção provavelmente tenha sido relacionado à realização de viagem a trabalho, está ligado à saúde da pessoa e as condições de seu estado físico. Sua produção não interfere diretamente em seu trabalho.

Outro documento a ser destacado é a Carta Imperial de naturalização, que é uma carta emitida pelo Imperador Pedro I naturalizando o belga Luiz Cruls para gozar dos direitos, honras e prerrogativas que a constituição compete aos brasileiros naturalizados. Também é um documento que diz respeito à vida da pessoa enquanto cidadão e suas obrigações para com o Estado.



Documento 2 – Carta de Imperial de Naturalização
(Arquivo Luiz Cruls/Acervo MAST)

Os documentos 3 e 4 são produzidos no âmbito das relações de uma pessoa com sua família, portanto também consideradas de foro privado. O Documento 3 é um voto de boas festas. O voto é a manifestação de uma expectativa, um desejo íntimo, uma opinião. Este tipo documental, geralmente, é apresentado no formato de cartão.



Documento 3 – votos de boas festas
(Arquivo Mário Amoroso/Acervo MAST)

O Documento 3 expressa a expectativa de uma filha para com seu pai por ocasião dos festejos natalinos. Este tipo de documento raramente chega aos arquivos institucionalizados, pois sofrem avaliação por parte dos herdeiros, que optam por não doar documentos relacionados aos familiares para tornarem-se acervos em instituições públicas de custódia.

Já Documento 4 é uma árvore genealógica é a representação dos laços consaguíneos (ascendência e descendência) de uma família ao longo de gerações sucessivas. Neste caso, o documento é uma minuta, ou seja, não representa a versão final consolidada. As minutas de vários tipos documentais diferentes são mais comuns nos arquivos pessoais. Muitas vezes, só existem as minutas, que não chegam a produzir versões finais, e permanecem nos arquivos de uma pessoa aguardando que um dia ela retome a minuta para completar o trabalho.



Documento 4 – Minuta de árvore genealógica (Arquivo Luiz Cruls/Acervo MAST)

Os documentos produzidos no âmbito das relações sociais, dizem respeito aos amigos, e à vida em sociedade em geral. O documento 5 é uma agenda de compromissos. Agenda é um esboço ou plano de coisas a fazer, compromissos a cumprir, assuntos a considerar e matérias a discutir ou votar.



Documento 5 – Agenda de compromissos (Arquivo Mário Amoroso/Acervo MAST)

No caso desta agenda, optamos por abrir o documento em uma página que apresenta ilustrações originais da agenda, que indicam a velocidade em Km por hora. É uma curiosidade específica desta agenda, onde o produtor do arquivo anotava seus compromissos. Também é um documento que raramente chega aos arquivos pessoais institucionalizados. No conteúdo do documento é possível conhecer um pouco da rotina do produtor do arquivo e de seus relacionamentos profissionais e pessoais.

Também no âmbito das relações sociais, outro exemplo é o programa social de evento, que é uma publicação destinada a relacionar e, eventualmente, comentar as partes ou etapas de um evento, um espetáculo ou uma cerimônia.



Documento 6 – programa social de evento (Arquivo Luiz Cruis/Acervo MAST)

O referido programa é um documento de 1887, mas até os dias de hoje, os grandes eventos, como congressos e conferências, ainda costumam organizar encontros sociais, seja na abertura ou no encerramento, com o objetivo de confraternização entre os participantes. Embora seja uma programação de evento, atividade relacionada ao trabalho, o programa social está relacionado à socialização e ao entretenimento entre as pessoas.

No que se refere a assuntos financeiros, dois exemplos são destacados: o recibo de aluguel e declaração de quitação.



Documento 7 – Recibo de aluguel (Arquivo Mario Giambiagi/Acervo MAST)

O documento 7 apresenta um Recibo de aluguel. A espécie recibo significa um comprovante assinado por pessoa que tenha recebido valores, documentos, objetos, encomendas etc. O recibo de aluguel normalmente também não chega aos arquivos pessoais, sendo um tipo de documento filtrado pelo doador, considerando não ser significativo para a instituição que recebe o arquivo. No caso deste recibo, foi produzido em papel com impressão a carbono, comum na época (1976), de forma padronizada para o aluguel, mais com os dados pessoais datilografado, incluindo o carimbo da empresa e a assinatura do responsável pelo aluguel.

O documento 8 apresenta uma declaração de quitação, emitida pela instituição de vínculo da pessoa. Declaração é uma manifestação de opinião, conceito, resolução ou observação, por pessoa física ou colegiado. Neste caso, é uma declaração de que a pessoa está quite com a Fazenda Nacional, não devendo nenhum imposto. Igualmente é um documento relacionado à vida financeira de uma pessoa, e que também costuma ser suprimido dos documentos doados às instituições de custódia.



Documento 8 – Declaração de quitação (Arquivo Bernhard Gross/Acervo MAST)

O documento 8, por ser produzido por uma instituição, é padronizado no formato de formulário impresso, e preenchido por máquina de datilografia, como era feito na ocasião (1967), com as devidas assinaturas.

No que se refere às atividades de lazer e entretenimento, destaca-se o poema, que é uma obra literária em verso, geralmente um pouco extensa ou obra

em prosa, com o estilo e as fabulações da poesia. O documento 9 apresenta um poema entregue a Mário Amoroso, tratando de amigo oculto.



Documento 9 – Poema (Arquivo Mário Amoroso/Acervo MAST)

Alguns cientistas são religiosos, mas em poucos casos essa religiosidade está refletida na documentação de seu arquivo pessoal. É o caso do arquivo de Mário Amoroso, onde podemos encontrar alguns documentos que testemunham sua devoção. É o caso do diploma de apóstolo, documento 10, que registra que o menino Mário, em 1930, foi constituído apóstolo da Cruzada Eucarística Infantil. Diploma é o título pelo qual se confere cargo, dignidade ou habilitação de grau de escolaridade a uma pessoa. Os diplomas em geral apresentam a justificativa do merecimento. Neste caso, o diploma apresenta as obrigações dos apóstolos, também chamados de cruzadinhos.



Documento 10 – Diploma de apóstolo (Arquivo Mário Amoroso/Acervo MAST)

O registro documental da educação básica de cientistas nem sempre são conhecidos, ou chegam à vida adulta, pois sofrem com as avaliações e descartes por parte da família, ou do próprio cientista. Os dois exemplos destacados são uma caderneta de escola e um comunicado de advertência.

O Documento 11 é uma caderneta de escola. Caderneta é um caderno de pequeno formato ou de poucas folhas, utilizado para registro de informações. Neste caso trata-se de caderneta com capa onde está impresso o nome da escola e uma etiqueta contendo o nome do aluno e a turma.



Documento 11 – Caderneta de escola
(Arquivo Joaquim da Costa Ribeiro/Acervo MAST)

Já o documento 12 é o comunicado de advertência. Comunicado é uma nota expedida oficialmente por autoridade civil ou militar, associação ou partido político. Aqui se trata de um comunicado aos pais de que o aluno sofreu uma advertência escolar, por ter saudado de forma indevida o professor de inglês.



Documento 12 – comunicado de advertência (Arquivo Mario Giambiagi/Acervo MAST)

Considerações finais

O levantamento tipológico que está em desenvolvimento no Arquivo de História da Ciência do MAST pretende trazer consideráveis avanços para o trabalho arquivístico, no que se refere à identificação, avaliação, classificação, descrição e recuperação da informação (SILVA, 2013, p. 167-168). Além disso, permitirá a alimentação do glossário de tipos documentais dos arquivos pessoais sob a guarda do MAST, ora em elaboração.

O conhecimento dos tipos documentais também trará benefícios para os usuários “na medida em que traz informações que são antecedentes e exteriores ao próprio conteúdo do documento e que são fundamentais para sua compreensão dentro do conteúdo jurídico-administrativo de produção” (SILVA, 2013, p. 168).

O levantamento tipológico pretende se tornar uma atividade rotineira da organização de arquivos no MAST. Conforme os arquivos pessoais estão sendo organizados, a identificação dos tipos de documentos e a consequente alimentação do glossário estão paralelamente sendo elaborados. O objetivo é dar continuidade a esta atividade, relacionando-a às fases de identificação e descrição arquivísticas no Arquivo de História da Ciência, além de contribuir para o aprimoramento do conhecimento arquivístico nesse campo de atuação.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320p. 3ed.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2002 (Projeto Como Fazer, 8).

_____. *Diplomática e tipologia documental*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106p.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: RFSM, 1991. 96p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuições para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p.169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (org.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo/Associação dos Arquivistas Brasileiros, Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007. 316 p. Edição bilíngüe: português e inglês.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*, v.7, n.2, jul/dez. 2008, p.5-9.

CASTRO, Maria da Conceição; LOURENÇO, Francisco dos Santos. Tipos documentais e padronização da descrição arquivística: um estudo de caso sobre arquivos científicos. In: CONFERÊNCIA DA SUV E ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 4., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 54-62.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTE, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, p. 451.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010. 196 p.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DURANTI, Luciana. Material do curso “Diplomática aplicada a documentos convencionais e digitais”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FIESP. *Glossário*. Disponível em: <<http://apps.fiesp.com.br/qualidade/mainglos.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. *Arquivo & Administração*, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 25-50, 2007.

LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA Marcelo Nogueira de. *Glossário de Paleografia e Diplomática*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental e partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo, Loyola, 1999. 151p.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Portal do investidor. *Glossário*. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Glossário de espécies/formatos e tipos documentais produzidos pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/temporalidade/glossario>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; ARAÚJO, João Cândido Graça (Org.) *Paleografia e diplomática no Curso de Arquivologia – UFSM*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007. 239p.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. 258p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/>. Acesso em: abr. 2012.

SARITA, Albagli. Marcos Institucionais do Conselho Nacional de Pesquisas. *Perspicillum*, Rio de Janeiro, v. 1, 1987.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. *Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas*. 2002. 162p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documento*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Glossário de espécies e tipos documentais em laboratório*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Glossário de espécies/formatos e tipos documentais dos Institutos e das Faculdades da UNICAMP*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/>>. Acesso em: .

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.usp.br/sausp/versaoanterior/glossario/glossario.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

**A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA
E OS ARQUIVOS PESSOAIS:
O desafio da representação**

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Notas biográficas

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Historiadora e Arquivista da Fundação Casa de Rui Barbosa e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

Introdução

O texto abordará as características dos arquivos pessoais, considerando sua especificidade – e as consequências dessa especificidade - no processo de representação desses arquivos. Serão analisadas as funções arquivísticas de arranjo e descrição a partir da compreensão de que são funções estruturadas em um trabalho de pesquisa que se propõe a criar uma fiel representação do arquivo com base nos papéis sociais do seu produtor, no contexto arquivístico, no contexto histórico do conjunto documental e na importância desses arquivos para a sociedade, objetivando, com isso, não só o controle e acesso, mas a sua promoção.

A análise a seguir parte do conceito de representação arquivística proposto por Elizabeth Yakel, que consta de seu artigo *Archival Representation*, publicado pelo periódico *Archival Science*, em 2003, no qual a autora afirma que o termo

captura o real trabalho do arquivista de (re)ordenar, interpretar, criar substitutos e desenhar arquiteturas para sistemas de representação que contêm esses substitutos para substituir ou representar reais materiais arquivísticos (YAKEL, 2003, p. 2, tradução nossa).

A autora, no mesmo texto, trata de duas representações fundamentais: a do produtor e a do arquivista. Oportunamente, retomaremos esses dois aspectos.

A discussão é relevante, pois o termo “representação” é comumente associado ao arranjo e à descrição arquivística. Contudo, não o encontramos (nem a definição de ou “representação arquivística”) no *Multilingual Archival Terminology* (MAT) do Conselho Internacional de Arquivos, no Glossário de Pearce-Moses da Associação dos Arquivistas Americanos, no dicionário de terminologia arquivística do Arquivo Nacional da França, no Glossário da *Rules of Archival Description* do Canadá, ou no Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos. No **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia** publicado pela Briquet de Lemos, encontramos o termo “representação” associado à Administração, à Biblioteconomia, à Arquivologia e à Informação. Mas não encontramos qualquer definição para representação arquivística. No entanto, na conceituação de “representação do conhecimento”, indicado no Dicionário como voltado para as áreas da Administração, Biblioteconomia e Informática, encontramos semelhança com a proposta de Yakel. O dicionário define representação do conhecimento como

o conjunto de processos de simbolização notacional ou conceitual do saber humano no âmbito de qualquer disciplina. (...) se incluem a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos informáticos e linguísticos relacionados com a tradução simbólica do conhecimento (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 322).

A representação arquivística reúne todos os processos de classificação, simbolização e indexação possíveis de serem transformados em registros que traduzam o conhecimento do arquivo objeto de estudo.

O documento de arquivo não é somente um registro de uma atividade, função ou ação. Na medida em que é um registro, é também uma representação, pois é somente na forma da linguagem que se é possível existir. Ou seja, é na possibilidade de reproduzir essas atividades, ações, funções, pensamentos e sentimentos que se constitui enquanto documento de arquivo. Talvez por estar tão intrinsecamente relacionada à própria gênese do documento de arquivo é que podemos considerar a pouca literatura sobre o tema, no entanto, essa discussão torna-se importante quando vamos analisar as funções arquivísticas de arranjo e descrição.

Os arquivos pessoais

Os arquivos pessoais são arquivos. Essa afirmativa tem recebido, nos últimos anos, um eco na literatura da área no Brasil e em outros países. Por muitos anos, os arquivos pessoais ocuparam um lugar marginal nas principais análises teóricas no âmbito da Arquivologia, as quais privilegiavam, como campo empírico, os arquivos institucionais e os arquivos públicos.

O reconhecimento desses arquivos como fonte para a pesquisa histórica ou como mecanismos de identificação contribuíram para a sua institucionalização.

No século XIX, os arquivos pessoais ganharam espaço na prática arquivística francesa, inglesa e americana. Esse movimento foi impulsionado pelas sociedades históricas que passaram a reconhecer os papéis produzidos na vida privada como fonte para a pesquisa do historiador. Ao longo do século XX, a posição desses arquivos se fortaleceu principalmente como resultado das grandes guerras e do receio da evasão ou perda desses registros. Um dos mecanismos encontrados pela sociedade para a preservação desse legado produzido no âmbito privado – e considerado de relevância para a memória – é a sua institucionalização, seja em bibliotecas, museus, arquivos de sociedades

históricas, de universidades, centros de documentação, instituições arquivísticas etc. (OLIVEIRA, 2013, p. 32-33).

A natureza específica e única dos arquivos pessoais – considerando-se da elaboração do próprio documento arquivístico até a constituição de um arquivo – é um fator dificultador da discussão sobre os princípios arquivísticos como os da proveniência, respeito aos fundos e ordem original. Os arquivos pessoais sofrem intervenções radicais e não controladas ao longo do período em que existem sob a custódia do produtor – e, depois, sob a custódia de seu sucessor ou sucessores – até ingressarem em uma instituição.

Essas intervenções ocorrem no ambiente privado, sem normatização ou controle da sociedade e impactam o resultado final do conjunto que será imortalizado ao ingressar em uma instituição pública com o compromisso de preservação e acesso. Dentre os três princípios, o princípio da ordem original nos parece o mais afetado. Entendido como a “organização e sequência de documentos estabelecidas pelo produtor do arquivo” (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa¹⁰), é um dos mais difíceis de se trabalhar em arquivos pessoais, considerando o conjunto de ações por parte dos sucessores ou custodiadores dos arquivos. Essas ações podem significar o desmembramento dos conjuntos reunidos pelo produtor, a retirada de documentos sem a recolocação em seu lugar original, a destruição de documentos por diferentes razões de forma direta ou indireta, ou até mesmo a doação ou venda dos documentos separadamente. Pearce-Moses complementa a definição com a seguinte nota explicativa: “O princípio da ordem original não se estende ao respeito ao caos original” (tradução nossa). Poderíamos complementar a nota incluindo logo após “o caos original”: *ou produzido por terceiros*. Os arquivistas holandeses, no Manual de Arranjo e Descrição de 1898, também defendem a manutenção ou restauração da ordem original, devendo o arquivista apenas intervir em situação de sua perda:

Eis por que se julga mais avisado restaurar, na sua totalidade, a ordem original, isto na medida em que subsistam vestígios dela, e então, caso imprescindível, introduzir-lhe os aperfeiçoamentos ou aplicar o princípio diretor, descortinado no antigo arranjo, aos documentos, cuja ordem se destruiu de modo irreparável (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 50).

10

<<http://www2.archivists.org/glossary>>.

Mas os arquivos pessoais são arquivos porque, assim como os arquivos organizacionais, representam os seus produtores, suas relações, experiências e pensamentos, além das funções e atividades que desempenham. E é nessa condição que daremos continuidade à nossa análise.

Arranjo de arquivos

Essa função arquivística incorpora a representação do produtor (a ordem original) e a representação do arquivista (a definição do arranjo e a ordenação dos documentos). Em geral, a representação do produtor de um arquivo pessoal reflete a forma como este reconhece os seus lugares sociais, suas redes de relacionamento, seus compromissos e os ambientes em que atua (instituições, família, negócios, produção intelectual), além de eventos e experiências circunscritas a um momento cultural e histórico em que vive. E, principalmente, reflete a melhor forma de atender suas demandas. Já a representação do arquivista envolve a classificação, a reconstrução ou construção de uma ordem, a elaboração do desenho do arranjo e a codificação.

A definição do arranjo documental depende não só da existência ou não de uma ordem original, ou mesmo da possibilidade de identificação de seus indícios e de uma efetiva restauração da mesma, mas também de um trabalho exaustivo de cotejo entre a história do produtor do arquivo, das funções sociais que ocupou, dos relacionamentos que cultivou e da história da custódia do conjunto documental com o arquivo. Esse processo de identificação do arquivo não só promove a compreensão do contexto de elaboração e recebimento dos documentos e de sua ordenação (quando houver), como também possibilita a fundamentação de possíveis intervenções do arquivista. Importante ressaltar que, no universo dos arquivos pessoais, a classificação e ordenação dadas pelo produtor usualmente desconsideram uma classificação hierarquizada, que envolva a definição de uma série. Existe uma tendência, inclusive por questões óbvias de funcionalidade do arquivo para atendimento das suas necessidades imediatas em seu cotidiano, de restringir-se à constituição de pastas, envelopes e pacotes e à formação de dossiês – que em uma estrutura de arranjo ocupam os níveis mais baixos da hierarquia multinível. Assim, de qualquer forma, mesmo respeitando-se a existência e a manutenção de uma ordem original, o arquivista atuará na fase do arranjo na elaboração das macro-representações como subsérie e série documentais.

O arranjo reúne duas fases cruciais: a da compreensão e classificação, e a de ordenação física. De acordo com o glossário da *Rules of Archives Description*, arranjo é “o processo e resultado da análise e identificação de documentos, de acordo com os princípios arquivísticos, empreendido com o objetivo de atingir a diferentes tipos de controle (p. ex., intelectual, físico etc.)” (RAD, 2008, tradução nossa).

Já no glossário de Pearce-Moses não encontramos muita variação na definição do que é arranjo ao compararmos com os canadenses:

- 1. É o processo de organizar materiais respeitando sua proveniência e ordem original, para proteger o seu contexto e alcançar controle físico ou intelectual sobre os materiais. – 2. A organização e sequência de itens em um acervo (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa).

No MAT, o termo arranjo é definido como a “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”¹¹. Nessa definição, não há referência à observância dos princípios arquivísticos de forma explícita ou implícita.

No caso do *Dictionnaire de terminologie archivistique*, publicado pelo Arquivo Nacional da França, o termo utilizado é classificação, que significa:

Operação que consiste na colocação em ordem intelectual e física os documentos de arquivos no interior de dossiês, e de dossiês no interior dos fundos, realizada como aplicação do princípio de respeito aos fundos ou, em caso de impossibilidade de aplicar esse princípio, de acordo com critérios cronológicos, geográficos, numéricos, alfabéticos e temáticos (tradução nossa)¹².

No entanto, é consenso que o arranjo envolve não só operações de organização física, mas também a definição de uma ordem intelectual. Para a elaboração do arranjo, como já analisamos, é necessária a produção de conhecimento sobre o produtor do arquivo e sobre as condições de produção do próprio arquivo. E essa pesquisa é fundamental para a descrição arquivística.

11 <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1144>>.

12 <<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/static/3226>>.

O arranjo como representação expressa o produtor e os processos que dão origem ao material arquivístico, com os seus consequentes relacionamentos; o resultado é o controle e o retrato do arquivo. O olhar do arquivista está concentrado no produtor do arquivo e no conjunto de documentos produzidos e recebidos. Esse olhar, na descrição arquivística, se amplia, incluindo um novo agente, externo ao contexto de produção, indiferente às mudanças de custódia e ávido para conhecer o arquivo: o usuário. O deslocamento do processo de arranjo para o da descrição se dá quando a questão deixa de ser apenas sobre o produtor e o material arquivístico propriamente dito, e passa a inserir outros agentes e cenários.

Descrição arquivística

Na descrição arquivística, passa a ser necessário conhecer com maior profundidade o contexto social e histórico de produção do arquivo, os processos que envolveram sua manutenção e assim analisar os possíveis usos e usuários do arquivo. Uma vez organizado e controlado o arquivo, o próximo passo é assegurar que a sociedade se beneficie do mesmo, ou seja, que se torne acessível para ela.

As três representações (a do produtor, a do arquivista organizador e a do arquivista que descreve; obviamente, em alguns casos, é o mesmo profissional: aquele que faz o arranjo e o que descreve) são construídas por sujeitos com papéis distintos e envolvem escolhas: privilegiar ou não informações, vínculos e relacionamentos; potencializar usos dos documentos; comprovar atos e atividades; quais as formas de acessar aos documentos, tipo ou tipos de tecnologias a serem utilizados; entre tantas outras escolhas.

A descrição arquivística deve representar o arquivo de acordo com as demandas do gerenciamento de um acervo, de um serviço ou de uma instituição arquivística (controle administrativo) e com o acesso ao conteúdo informacional do material de arquivo (controle intelectual). No MAT, na opção em inglês, descrição arquivística é definida como:

- 1) O processo de extração, análise, organização e registro de informação que serve para identificar, gerenciar, localizar e explicar os repositórios de

arquivos e de manuscritos e os contextos e sistemas de arquivos que os produziram; 2) Os produtos desses processos (tradução nossa)¹³.

Percebemos nessa definição a clara divisão que expressa o complexo trabalho da descrição e que engloba os seus processos específicos e a elaboração de produtos. Já o glossário de Pearce-Moses define descrição da seguinte forma:

É o processo de análise, organização e registro de detalhes sobre os elementos formais de um arquivo ou coleção, como produtor, título, datas, dimensão, e conteúdos, para facilitar o trabalho de identificação, gerenciamento e compreensão. (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa)¹⁴.

No *Dictionnaire de Terminologie Archivistique*, descrição arquivística é definida como: “apresentação intelectual e material de uma unidade de descrição, feita para fornecer uma identificação exata e única, ao explicar o contexto de origem e em permitir a exploração administrativa e histórica” (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p. 18, tradução nossa).

Entendemos a descrição arquivística como uma função distinta,

estruturada metodologicamente num trabalho de pesquisa que envolve as diversas dimensões do contexto arquivístico, como as da produção, do gerenciamento, do acesso aos documentos e dos programas descritivos (OLIVEIRA, 2012, p. 40).

Além das funções de controle e acesso, a descrição tem como objetivo central a produção de conhecimento sobre o arquivo considerando os diversos aspectos do contexto arquivístico e em distintos graus de complexidade.

De acordo com essa definição com a qual trabalhamos, a metodologia a ser empregada para a acurada produção de conhecimento sobre o arquivo compreende as etapas de pesquisa realizadas na fase do arranjo documental, mas é importante sua ampliação de acordo com os objetivos almejados em relação ao nível de conhecimento que se pretende alcançar. As etapas passam pela identificação do produtor, relacionando-o aos lugares sociais que ocupou (quando então são elaborados instrumentos como cronologias e estudos genealógicos de famílias); análise do processo de produção do arquivo, de sua

13 <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/51>>.

14 <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/a/archival-description>>.

manutenção no ambiente do produtor, de sua cadeia de custódia (se for o caso) e do processo de aquisição; análise do arranjo documental e de seus produtos (estrutura, controles e codificação); levantamento de pessoas, famílias, organizações públicas ou privadas, eventos e fatos históricos mais recorrentes no arquivo; análise que estabeleça o relacionamento entre esses agentes e eventos e o produtor situando-o em sua cronologia e lugares sociais; estudo dos relacionamentos pessoais e de negócios, assim como do interrelacionamento entre os documentos e as atividades e funções do titular e de seus pares evidenciados no arquivo; estudo das espécies e tipos documentais mais recorrentes no conjunto documental; elaboração, por unidade de descrição, dos conteúdos informacionais que serão utilizados na representação (resumo, datas, pontos de acesso etc.); sistematização dos produtos gerados: cronologia, árvore genealógica, lista de leitura paleográfica, lista de siglas, relação de legislação e/ou atos etc.; produção dos instrumentos de pesquisa; e definição de mecanismos de divulgação do acervo.

Nos arquivos pessoais, excetuando-se os documentos necessários para a integração e reconhecimento do cidadão em sociedade (e de formalização de atos e ações como certidões, contratos, documentos de identificação, de controle fiscal etc.), existe um conjunto vasto de documentos produzido à margem de instrumentos formais reguladores, mas que, por outro lado, são igualmente controlados no convívio social, de acordo com a classe social ou segmento social ao qual o produtor do arquivo se insere. Estudar o comportamento social desse segmento no período histórico da produção do arquivo auxilia na análise dos documentos, inclusive na compreensão dos conteúdos. É importante ressaltar que a Arquivologia precisa investir mais na produção de conhecimento desses tipos documentais, criados na privacidade do produtor e dos que fazem parte de seu convívio. Os elementos encontrados nos documentos em seu suporte ou em sua estrutura representam uma época e um tipo de comportamento; as regras de convivência social marcam o que há de comum e de diferente entre as pessoas.

Na busca da representação desses arquivos, em geral marcados por hiatos cronológicos e muitas vezes por uma relação de causa e efeito que se passa na obscuridade, o arquivista se vê obrigado a seguir evidências, pequenos sinais e indícios, para que possa compreender os documentos. O estudo da genealogia da família, da grafia, dos apelidos, dos negócios, dos papéis sociais e dos eventos é essencial nessa fase de pesquisa. Destacamos a análise tipológica para nos alongar na defesa da pesquisa em descrição. O estudo dos tipos documentais em arquivos pessoais consubstancia a compreensão não apenas das circunstâncias no

momento de elaboração dos documentos, mas também dos “vazios” de conteúdo em decorrência da falta de registros que ofereçam a continuidade de uma ação ou fato. Além disso, a definição dos tipos documentais favorece a construção de um canal de ligação entre o usuário e o arquivo, visto que oferece informações *a priori* do próprio conteúdo dos documentos.

Não pretendemos esgotar o assunto, mas apenas apresentar como exemplo alguns tipos documentais produzidos em decorrência do enlace matrimonial entre duas pessoas no final do século XIX e início do século XX. Essas considerações são feitas a partir de um trabalho de pesquisa em tipologia documental do período do século XIX e início do XX sobre casamentos e bodas, mortes, nascimentos e grandes viagens, desenvolvido na Fundação Casa de Rui Barbosa através do uso de arquivos pessoais como campo empírico. A definição do tipo documental considerou a relação da espécie com a atividade que dá origem ao documento (o que justificou a sua elaboração), a análise quantitativa e comparativa entre acervos pessoais e os manuais de polidez da época, a partir dos códigos de civilidade inglês e francês que inspiraram todo um modo de viver das classes dominantes.

- a) **O Convite (de casamento):** os convites deveriam ser postados com 15 dias a 4 semanas de antecedência em relação à realização do enlace, com redação simples. A expressão “*tem a honra de convidá-lo*” deve ser inserida nos convites para as cerimônias realizadas na Igreja¹⁵ ao passo que a expressão “*tem o prazer*” deve apenas ser utilizada para os enlaces realizados na residência. E, finalmente, quando a cerimônia é celebrada por uma alta dignidade eclesiástica, é preciso nomeá-la no convite.
- b) **A Participação (de casamento):** as participações de casamento deveriam ser elaboradas em nome das duas famílias¹⁶, assegurando-se que a família do noivo ficaria à direita e a da moça, à esquerda. Deveria ser utilizado papel branco semelhante em textura aos utilizados nos convites de casamento. Eram feitas recomendações para situações como: a mãe de um dos nubentes

15 Essa análise tem como base o trabalho de D’Ávila, 1942.

16 Essa análise tem como base o trabalho de D’Ávila, 1942.

fosse viúva (usar este termo nas participações de casamento); noiva órfã (a participação deveria ser feita em nome de seu tutor ou de outra pessoa da família); noivo órfão (participação em seu nome)¹⁷. A participação de casamento deveria ser enviada um mês após o enlace.

Algumas características mencionadas podem auxiliar na identificação de período – no qual ocorreu uma alteração de assinatura (por motivo de casamento), de justificativa para uma sequência de documentos sobre felicidades ou sobre pesares (no caso dos órfãos) – e na identificação cronológica de eventos a partir das convenções preservadas, entre outros elementos que podem ser identificados a partir de uma análise detalhada dos documentos.

A descrição, entendida como processo de pesquisa, impõe ao arquivista uma sistematização de suas atividades: o levantamento de fontes, a produção de notas de pesquisa, o registro do uso de métodos de análise, suas análises e, conseqüentemente, os diferentes produtos. O conhecimento que é produzido em suas diferentes etapas, de forma sistemática e sob o protocolo de um trabalho científico, possibilita uma democratização dos processos e uma efetiva contribuição para a área, incluindo na agenda da área discussões metodológicas importantes. E, além disso, amplia o material que pode ser colocado à disposição da sociedade para o uso dos arquivos.

O usuário e uso dos arquivos

James O'Toole e Richard Fox, no livro *Understanding Archives & Manuscripts*, publicado em 2006, afirmam que a forma com que o arquivista vê os arquivos é completamente diferente daquela dos produtores e os usuários. Esses últimos compartilham a ideia de que “os documentos são simplesmente meios para um objetivo imediato” (p. 87, tradução nossa). Já o arquivista tem um olhar mais amplo.

Desde a história da profissão e o seu lugar nela, os arquivistas desenvolvem hábitos de pensar e analisar, juntamente com as atitudes características que governam e guiam o seu trabalho. Para o arquivista, os documentos

17

Essa análise tem como base o trabalho de D'Ávila, 1942.

desempenham não só um serviço, mas um grande número de serviços, e alguns não são nem possíveis de antecipar. Possibilitar essa variedade de uso possível e de fato, encorajando e tornando isso fácil – é o objeto do arquivista. (O'TOOLE; COX, 2006, p. 87, tradução nossa).

Esse é um grande desafio para o arquivista: manter esse olhar no quadro mais geral sem se perder em impressões. Os arquivos pessoais são institucionalizados, organizados e preservados, pois representam o homem em sociedade, sua humanidade, e permitem o conhecimento da sociedade e de seus segmentos através de uma perspectiva externa às narrativas de órgãos oficiais ou de organizações. Segundo Marc Bloch (2001, p.75), “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que se transforma e aperfeiçoa incessantemente”.

Na fase da descrição, o arquivista tem a possibilidade, a partir do registro dos diferentes processos e dos diferentes produtos, de oferecer os meios para o conhecimento contínuo desse passado. Contudo, para tal, o arquivista mais uma vez deverá deslocar o seu olhar do material arquivístico e buscar escutar o seu usuário, acompanhar os movimentos de pesquisa, os temas mais recorrentes e analisar o impacto de eventos na sociedade no comportamento do usuário. E, em seus interesses, acompanhar o desenvolvimento tecnológico e avaliar as possibilidades de auxílio ao usuário que oferecem, entre outras questões.

Os arquivos que se encontram em instituições públicas são organizados e descritos para a sociedade, mesmo que a própria sociedade ainda não tenha se dado conta disso.

Concluindo

O tema proposto não se esgota. Concentrar a questão do arranjo e da descrição no ambiente da intimidade da vida pessoal torna a discussão mais instigante, pois esse é o cenário do indivíduo ao qual nós também nos identificamos. A prática da constituição dos arquivos pessoais não nos é estranha, mas, como decorre das características individualizantes de cada um, cada arquivo pessoal carrega a marca de ser único e, assim sendo, mais difíceis de serem homogeneizados e compreendidos. Sua relevância está em demonstrar as transformações sociais e a vida em sociedade em toda a sua diversidade.

Esses arquivos, quando consideradas as funções de arranjo e descrição, tornam-se um desafio. Na representação por ocasião do arranjo, buscamos a

autoria do produtor, sua capacidade de construir um conjunto de registros em determinada ordem (mas sem aparatos que a determinem), uma ordem atenda às necessidades fundamentais de viver em sociedade e também em sua intimidade. Na descrição, a representação inclui a relação do arquivo com a sociedade e com os usuários, os conhecidos ou os potenciais. Precisamos conhecê-los e conhecer bem os arquivos que temos sob nossa responsabilidade para que estrategicamente possamos difundir-los e ampliar o seu uso.

As atividades de promoção dos arquivos como sítios, mini sítios, bases de dados, exposições, atividades envolvendo escolas e universidades – enfim, todas as iniciativas com o objetivo de difundir o acervo e a pesquisa - estimulam o interesse da sociedade para se conhecer. Essas atividades de encontro entre os arquivos e a sociedade são fundamentais para que se promova a importância do arquivo no imaginário social e, por consequência, que se fortaleça o lugar do arquivo.

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159 p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

D'AVILA, Carmen. *Boas Maneiras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1942.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. Dictionnaire de terminologie archivistique. 2002. 36p. Disponível em: <<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/static/3226>>. Acesso em: 30 out. 2014.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/>>. Acesso em: 30 out. 2014.

O'TOOLE, JAMES M.; COX, RICHARD J. *Understanding archives & manuscripts*. Chicago: The Society of American Archivists. 2006. 237p.

MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 136 p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Análise tipológica dos documentos em arquivos pessoais: uma representação do código social*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. 14 p. Programa de Iniciação Científica (PIC) – 2010/12.

_____. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros. p. 28-51. v.12, n.2, jul-dez, 2013.

_____. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171 p.

PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 18 set. 2014.

RULES for archival description. Ottawa: Planning Committee on Descriptive Standards/Bureau of Canadian Archivists, 1990. Revised version: July 2008. Disponível em: <<http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

YAKEL, Elizabeth. Archival representation. *Archival Science*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers. N. 3. 1-25p. 2003.

**OS ARQUIVOS PESSOAIS
INSTITUCIONALIZADOS:
O caso Roquette-Pinto**

Maria Oliveira

Juliana Amorim

Notas biográficas

Maria Oliveira

Arquivista da Academia Brasileira de Letras, Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

Juliana Amorim de Souza

Arquivista da Academia Brasileira de Letras, Mestranda em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

Introdução

No contexto de construção de um projeto de memória de uma instituição cultural, constituída por um grupo de intelectuais de diversas áreas de atuação, preocupados com a preservação de seus acervos privados, apresenta-se o que podemos considerar um bom exemplo para a discussão de questões características dos arquivos pessoais institucionalizados.

O arquivo pessoal, ao ser incorporado a um acervo de uma instituição, passa do conceito e âmbito de privado para o público, tornando-se passível de futuras intervenções diferentes do seu propósito inicial de produção e acumulação. Isso pode trazer uma série de problemas, mas também muitas soluções, pois o que era considerado um amontoado de papéis velhos que ocupavam espaço em um ambiente doméstico, se transforma em relevantes fontes de pesquisa para diversas áreas do conhecimento.

Um arquivo doado a uma instituição está na verdade entrando no processo de ressurreição, ou seja, em vez de um *arquivo morto*, ele se torna *vivo*, *pulsante*, ainda que não esteja mais ativo.

Dentre os 278 arquivos de Acadêmicos que estão sob a guarda do Arquivo da Academia Brasileira de Letras (ABL), analisaremos o caso do Arquivo Pessoal de Roquette-Pinto, mostrando como este arquivo é uma prova contundente da vantagem de estar inserido em um projeto de preservação de arquivos pessoais empreendido por uma instituição.

A multiplicidade das atuações deste intelectual nas áreas de medicina, antropologia e educação pode ser percebida em seu arquivo pessoal, que, por este motivo, tornou-se uma importante fonte de pesquisa para pesquisadores de diversas áreas.

Neste trabalho pretendemos trazer ao público informações sobre o universo documental acumulado no Fundo Roquette-Pinto ao longo desses anos, explicando o método adotado para a organização, além das problemáticas que surgiram durante este processo.

Origem e evolução do Arquivo da Academia Brasileira de Letras

A Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, é uma instituição que tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional. Em 15 de dezembro

de 1896 aconteceu a primeira das sessões preparatórias para a fundação da ABL, e, nela, Machado de Assis foi aclamado presidente.

A ABL é uma instituição na qual está imbricada, desde sua gênese, a vocação para o culto da memória e da tradição. Seus ritos de celebração da *imortalidade* – a eleição, a posse, a comemoração dos aniversários de nascimento, de falecimento, de publicação das obras e de seus membros; seus símbolos: insígnias, bandeira e fardão – confirmam o desejo de seus fundadores de perpetuar a memória da instituição e de si próprios, intitulados *Imortais*.

Esse projeto de perpetuação abre um amplo leque de discussões relativas à construção da memória, fenômeno social que pode ser estudado sob diversas perspectivas. No caso da ABL, como foi dito anteriormente, essa construção se dá de várias formas, mas uma delas é especialmente interessante. Trata-se da acumulação, pela instituição, de um acervo arquivístico riquíssimo para a memória social do país e do mundo.

O Arquivo da ABL possui duas linhas de acervo: o *Arquivo Institucional*, composto pelos documentos administrativos e funcionais produzidos, recebidos e acumulados em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da instituição, e o *Arquivo dos Acadêmicos*, composto pelos documentos privados e pessoais de seus membros, entregues à custódia da Instituição. Além disso, possui em sua estrutura um Núcleo de Conservação e Restauração de Documentos.

A história da criação e formação do Arquivo da ABL aparece, basicamente, em algumas falas de acadêmicos nas sessões plenárias iniciais, ditas preparatórias, e registradas nas atas da Casa. A expressão “Arquive-se!”, tão comum no dia a dia de uma instituição, foi proferida na Academia Brasileira de Letras pela primeira vez pelo Presidente Machado de Assis, na sessão de 23 de dezembro de 1896, antes mesmo de sua fundação. No entanto, a primeira referência direta à estruturação de um Arquivo aparece na ata do dia 9 de dezembro de 1926, quando o Acadêmico Constâncio Alves¹⁸ propôs a criação do cargo de “arquivista”, independente das funções do bibliotecário, indicando que o Arquivo estava subordinado à Biblioteca. Porém, a proposta não foi aceita.

18 Constâncio Alves foi funcionário da Biblioteca Nacional e chegou a ser Diretor da Seção de Manuscritos, no período de 1903 a 1913.

No projeto de reforma do Regimento da ABL, apresentado na sessão de 16 de dezembro de 1943, constava uma emenda do Acadêmico Múcio Leão¹⁹ que tratava da eleição do Diretor do Arquivo, desvinculando assim, o Arquivo, da Biblioteca. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em 1979 a Academia inaugura o prédio Centro Cultural do Brasil e o Arquivo transfere-se do porão do *Petit Trianon* para o novo prédio, espaço que ocupa até os dias atuais.

Quase 20 anos depois, em 1997, a ABL comemorou o seu centenário de fundação e, com isso, queria dar início a uma nova era que marcaria o fim do desconhecimento de sua história, demarcando o papel e a importância da instituição na história cultural do país. Iniciou-se um projeto de aproximação da ABL junto à sociedade, atraindo um grande público para a participação em várias de suas atividades.

Dessa forma, foi implantado um projeto de reformulação do Centro de Memória e revitalização do Arquivo, iniciando-se pelos arquivos privados pessoais dos acadêmicos, até então, consultado apenas por um pequeno e seletivo grupo de pesquisadores, assim, foi montada uma equipe de arquivistas e estudantes de Arquivologia para que se iniciasse o projeto idealizado pela instituição, com a adoção e implantação de modernas técnicas e metodologia arquivísticas. No ano 2000 foi implantado um novo projeto de estruturação e sistematização do Arquivo Institucional. Como resultado desta primeira etapa do trabalho de descrição arquivística do Arquivo dos Acadêmicos foram publicados, em 2003, o Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos e o Inventário do Arquivo Machado de Assis.

Os acervos arquivísticos da ABL revelam-se como fonte inesgotável da memória, história, literatura e de inúmeros outros aspectos socioculturais brasileiros.

Arquivo dos acadêmicos

O Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras foi concebido para a guarda e difusão dos arquivos privados e pessoais de seus

19 Múcio Leão foi eleito Diretor do Arquivo, onde permaneceu até o seu falecimento em 12 de agosto de 1969. Após o seu falecimento, o Arquivo recebeu, em sua homenagem, o seu nome.

membros. Ele possui uma lógica de acumulação diferenciada de outras instituições mantenedoras desse tipo de acervo. Podem ser encontradas **coleções de documentos e fundos arquivísticos**. As coleções de documentos são compostas pelos documentos acumulados e reunidos pela Academia, enquanto que os fundos arquivísticos são os documentos acumulados pelos próprios titulares e doados à ABL em vida, ou posteriormente, pelos seus herdeiros e familiares.

Para entender melhor como isto se deu, serão apresentados alguns episódios que retratam esta lógica de acumulação. Na sessão de 31 de maio de 1951, com a apresentação da sugestão do Acadêmico Peregrino Júnior para convocação de uma empresa de *clipping* para estabelecimento de um acordo para “o fornecimento pontual e completo de todas as informações, notas e comentários que sejam publicados no Rio e em outros estados sobre cada um dos 40 acadêmicos” foi originada a coleção ABL de recortes de jornais, que após o projeto de revitalização do Arquivo, foi chamada de Hemeroteca da ABL. Também constava da sugestão a criação de uma pasta para cada acadêmico, na qual seriam arquivados em ordem cronológica todos os documentos e informações a ele referentes, criando assim, a coleção de documentos de cada acadêmico. Na sessão de 7 de abril de 1960 foi inaugurada a nova seção do Arquivo da ABL, a Fimoteca, com a doação do filme-documentário sobre Manuel Bandeira. Na sessão de 3 de agosto de 1967, o presidente decidiu criar, depois de consulta feita ao Diretor do Arquivo, a seção iconográfica do Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

A preservação e difusão dos arquivos privados e pessoais dos acadêmicos não atende apenas à celebração da imortalidade e memória de seus membros, mas também serve como fonte para pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Isso porque, ao longo dos 117 anos da ABL, acumularam-se quase 300 arquivos de grandes vultos da história literária, cultural e científica do país.

No entanto, um arquivo pessoal, ao ser doado a uma entidade mantenedora desse tipo de acervo, muitas vezes apresenta um ordenamento já muito distante do original, já que este pode ser alterado por diversos fatores, como por exemplo, a peregrinação do acervo nas mãos de vários herdeiros. Isso torna o tratamento arquivístico de um acervo como este uma tarefa árdua e subjetiva, pois, se é ainda possível observar uma certa organicidade entre os documentos, é com grande dificuldade que se recupera a lógica de acumulação.

No caso do Arquivo dos Acadêmicos, apesar de encontrarmos esta situação, podemos também nos deparar com outra, quase oposta à relatada acima: muitos titulares, por doarem os seus arquivos em vida, apresentam os documentos com um arranjo preliminar já estabelecido por eles mesmos.

Proveniência no arquivo dos acadêmicos da ABL

A formação desses conjuntos documentais denominados como arquivos pessoais, de acordo com o princípio da proveniência, seriam, de fato, coleções de documentos, pois teriam sido reunidos pela ABL e seus membros muitas vezes após o falecimento do titular.

Mas o que fazer com os documentos acumulados pelo titular que foram agrupados a essas coleções? De acordo com o princípio do respeito aos fundos, esses documentos não deveriam ser agrupados a essas coleções e deveriam ser identificados como fundo do titular que os acumulou.

É sabido que os membros efetivos escolhidos são, geralmente, escritores de grande importância e reconhecimento para a sociedade brasileira e mundial. Neste aspecto, a ABL acaba por ser responsável pela preservação e disseminação de boa parte da memória literária nacional, lembrando que, pela diversidade das áreas de atuação dos acadêmicos, ela acaba por se tornar responsável também, através dos arquivos pessoais dos seus membros, pela guarda de documentos importantes para outras áreas do conhecimento, não só a literária.

O Arquivo dos Acadêmicos possui muitas características que podem identificá-lo como uma coleção reunida pela ABL com documentos de seus membros, fazendo parte assim do seu Arquivo Institucional. No entanto, na prática, os arquivos dos acadêmicos batizados com o nome do titular já assumiram grande importância para os pesquisadores que utilizam o arquivo da ABL como fonte de informação, obrigando, assim, os arquivistas a adotarem este arquivo como uma segunda linha de acervo. Impõe-se, deste modo, a aplicação de uma metodologia de tratamento baseada na arquivística contemporânea, desenvolvida especialmente para os arquivos privados pessoais dos membros da instituição. No Arquivo dos Acadêmicos, a oposição: fundo X coleção se apresenta como desafio constante, pois para a Academia é de suma importância a reunião de documentos sobre os seus membros para que sirvam de fonte de informação, nas áreas culturais e literárias, para as gerações atuais e futuras.

Assim, o critério utilizado para essa reunião é a simples condição de ser acadêmico.

Refletindo à luz do pensamento de Schellenberg, de Bellotto e de Camargo é possível identificar os fundos arquivísticos doados à ABL, pelo próprio titular, como coleções naturais, acumuladas por eles no desenvolvimento de suas atividades e funções, e, como coleções artificiais, os documentos acumulados pela ABL e seus membros sobre determinado acadêmico, em geral, após o seu falecimento.

Isso demonstra como foi o processo de acumulação dos arquivos dos acadêmicos, ou seja, a proveniência deste acervo. Em um mesmo arquivo, podem ser identificados dois produtores: o acadêmico titular e a ABL.

Os acadêmicos, desde a fundação da ABL, preocupavam-se com o enriquecimento do arquivo da instituição com fontes documentais que pudessem ser utilizadas, principalmente, em suas celebrações e rituais. Talvez eles não imaginassem que os seus arquivos serviriam à produção de conhecimento científico por pesquisadores nacionais e estrangeiros de diversas áreas. Para exemplificar a forma de tratamento do Arquivo dos Acadêmicos, usaremos como exemplo o caso do Arquivo Roquette-Pinto.

O Arquivo Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras

Sou, talvez, mais vaidoso do que você supõe. Eu não me desinteressei da minha ciência predileta, a antropologia, porque estou inteiramente tranquilo em relação à conservação do meu nome nos seus anais. Dentro de um século, não se escreverá sobre raça, especialmente sobre índios, assim como sobre educação e sobre rádio no Brasil, sem subir as escadas do Museu Nacional ou das bibliotecas para consultar o que eu deixei... Tudo a que um homem de pensamento aspira, e que é a sobrevivência da memória dos homens de amanhã, eu tenho como certo. Agora, o meu desejo é divulgar o conhecimento das maravilhas da ciência moderna nas camadas populares. Essa é a razão dos estudos que estou agora realizando. Eu quero tirar a ciência do domínio exclusivista dos sábios para entregá-la ao povo (VENANCIO FILHO, 2006, p.77).

Com estas palavras Roquette-Pinto parecia saber da importância que seus registros documentais teriam para a sociedade e, sem modéstia, deixa registrado o quanto seria útil a consulta no seu arquivo. Por esta razão, mostra-se

tão relevante a preservação e disponibilização deste arquivo à sociedade. Os interesses de Edgard Roquette-Pinto por diversas áreas do conhecimento demonstram o quão rico, complexo e abrangente é este arquivo, e é nesta diversidade que se concentram os problemas encontrados na organização do mesmo, segundo os critérios da arquivística contemporânea.

Eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 20 de outubro de 1927, Roquette-Pinto foi o terceiro ocupante da cadeira nº 17, na sucessão do Acadêmico Osório Duque-Estrada, e recebido por Aloísio de Castro, em 03 de março de 1928, consagrando-se, assim, como membro desta Instituição.

Seu arquivo pessoal compõe um dos 278 arquivos que pertencem ao Arquivo dos Acadêmicos. O primeiro registro encontrado nos documentos oficiais da ABL sobre o Arquivo Roquette-Pinto trata-se da ata da Sessão da ABL, de 28 de setembro de 1961, em que sua filha Beatriz Bojunga comunica à presidência sua intenção de oferecer à entidade os arquivos de seu pai. Depois de algum tempo sem mencionar o andamento da doação, na Sessão de 14 de novembro de 1962, novamente o assunto é citado; mas apenas em 23 de novembro de 1965 o fundo arquivístico de Roquette-Pinto finalmente foi doado à ABL, permanecendo fechado, por determinação da família, para consulta durante 30 anos, sem nenhum sinal aparente de organização prévia da documentação, episódio comum à boa parte dos arquivos pessoais, conforme Ariane Ducrot expõe ao tratar do tema:

Com frequência (...) o fundo recebido está na maior desordem. Seja porque jamais tenha sido classificado, seja porque a ordem primitiva sofreu alterações tais que é importante restabelecê-la, seja, ainda, porque é extremamente insatisfatória (DUCROT, 1998, p. 160).

Em comemoração ao centenário da ABL, no ano de 1997, e a realização do projeto de revitalização do arquivo foi iniciada a higienização do acervo. No ano seguinte, com a autorização da família, realizou-se a primeira consulta no arquivo Roquette-Pinto, mesmo sem nenhum tipo de tratamento arquivístico²⁰.

20 Segundo os procedimentos para consulta adotados pela ABL anteriormente ao projeto de revitalização, mesmo sem estarem organizados, todos os arquivos eram abertos à consulta.

Somente no ano de 2011, quando se iniciou o Projeto “Arquivo Roquette-Pinto: Comissão Rondon 1912-2012”²¹, efetivamente, iniciou-se o processo de organização do arquivo com o intuito de garantir a sua preservação e ampliar o acesso à pesquisa.

Durante esses treze anos, de sua abertura à consulta externa, até o ano de 2010, o Arquivo Roquette-Pinto foi o segundo arquivo mais consultado da ABL. Diante das diversas atividades que Roquette-Pinto desempenhou, atuando em diversas áreas científicas e culturais, em seu arquivo pessoal podemos encontrar os mais variados testemunhos de sua vida, tais como documentos que contextualizam e remontam partes de sua atuação social, tornando esse acervo fundamental para o entendimento e para a disseminação das informações ali contidas.

É possível identificar traços de sua trajetória científica em seu acervo, constituído de documentos textuais e iconográficos de assuntos e temas diversificados, apresentando aspectos da mente multifacetada deste titular de múltiplas funções, porém um tanto quanto desorganizado.

O arquivo apresenta ainda um grande número de documentos referentes aos temas que envolvem a participação de Roquette-Pinto na Comissão Rondon, da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e do Cinema Educativo.

Além dessa documentação, fruto de investigações científicas, há também curiosidades, como uma coleção de notas fiscais e encartes publicitários de carros e aparelhos domésticos, e correspondências de cunho pessoal.

No início do século XX, Roquette-Pinto se mostrava preocupado com as questões referentes à construção da identidade nacional, o desenvolvimento do país, e acreditava que a educação deveria ser um direito de todos. Em 1935, dedica-se integralmente a este tema quando se desliga do Museu Nacional, local onde exercera o cargo de professor e diretor durante muitos anos, e passa a dedicar as suas atenções, exclusivamente, ao campo da divulgação científica.

Atentando ao fato de que um arquivo permanente não se constrói por acaso, não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com

21 Projeto elaborado pela ABL, por ocasião, da comemoração do centenário da participação de Roquette-Pinto na Comissão Rondon, em 1912.

documentos que informem sobre o ponto inicial ou ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis do cotidiano, inclusive com os do dia-a-dia administrativo e pessoal (BELLOTTO, 2006, p. 139).

Arranjo e descrição

Arranjo e descrição são atividades fundamentais em arquivos permanentes nos quais se incluem os arquivos pessoais; são processos de organização que visam a disponibilização e o acesso aos arquivos. Porém, mesmo se tratando de um fundo fechado, como o caso do Arquivo Roquette-Pinto, essas atividades não são tão simples e objetivas na prática quanto possam parecer na teoria.

Se, *a priori*, a documentação em questão não esteve dotada de um ordenamento prévio, isso não significa que o trabalho de organização possa ser realizado sem tomar como base qualquer princípio, além da subjetividade de quem a ordena. Ariane Ducrot nos aponta premissas que devem ser levadas em conta diante deste cenário.

O trabalho do arquivista consiste em dar a esses fundos o quadro de arranjo mais lógico, devendo esse arranjo corresponder, sempre, à estrutura orgânica do fundo, quer dizer, ser decorrência de sua natureza (DUCROT, 1998, p. 160).

Como peças de um quebra-cabeça, cada documento complementa o outro, dando um maior sentido às outras “peças”, a cada passo em que desvendamos algo. O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu, respeitando sempre o princípio da proveniência.

Com o objetivo principal de disseminação da cultura e educação através de seus documentos e testemunhos, assim como desejava Roquette-Pinto, realizamos um trabalho de identificação, ordenação, descrição e análise da documentação, de modo a possibilitar a preservação e recuperação da estrutura orgânica.

Em regra, o arranjo deve respeitar o caráter orgânico dos conjuntos documentais, sendo indispensável a pesquisa sobre o arquivo ou seu produtor (Ibid., p. 136).

No caso do Arquivo Roquette-Pinto algumas dificuldades surgiram durante este processo, considerando o grande volume documental e o vasto

universo de assuntos e temas nos quais, Edgard Roquette-Pinto atuou durante sua vida.

O estado em que se encontrava a documentação, antes da realização do Projeto Comissão Rondon, aparentemente, não demonstrava o quão árduo seria o trabalho de organização, o acervo estava higienizado, em pastas padronizadas e em ambiente climatizado, como os demais arquivos da ABL. Também contava com um levantamento documental preliminar feito por uma das primeiras pesquisadoras que teve acesso ao arquivo, mesmo não estando dentro dos padrões arquivísticos, auxiliou nossa equipe e outros pesquisadores.

No entanto, com o passar dos anos e o intenso manuseio da documentação durante as pesquisas, este levantamento ficou defasado e a necessidade de organização e preservação dos documentos era urgente. O estado geral de conservação do acervo estava em precárias condições, comprometendo a leitura e compreensão das informações. Isso se devia, em parte, à composição dos materiais utilizados na confecção dos documentos na primeira metade do século XIX e ao acondicionamento que a documentação recebeu antes de serem doados para a ABL.

Após a conclusão do levantamento sobre a vida e a obra do titular e da análise dos documentos, começamos a elaborar o arranjo do arquivo. Definimos que seria adequado dividirmos as séries pelas principais áreas de atuação de Roquette-Pinto ao longo de sua vida, como: Antropologia, Medicina, Cinema Educativo, Rádio Educativo, Participação em Instituições, Produção Intelectual e vida pessoal.

Um dos primeiros obstáculos observados nesta etapa foi o fato de muitos documentos tratarem simultaneamente de mais de um assunto dentro dessas áreas de atuação. Há itens documentais que mencionam tanto a medicina quanto a antropologia, outros que misturam a vida pessoal com a acadêmica. Este aspecto é citado por Helen W. Samuels como uma característica dos arquivos de cientistas.

Cientistas e engenheiros não trabalham isolados; eles dependem e se comunicam com redes de pares/colegas e administradores. Esse ambiente complexo de associações internas e externas requer que o arquivista leve em consideração um universo de documentos interconectados. (1995 apud SANTOS, 2010. p. 133)

Isto não é nenhuma surpresa em arquivos pessoais, visto que supostamente são produzidos naturalmente sem a intenção de se fazerem

perpetuar, mas na prática se torna bem mais complexo. O número de remissivas seria enorme e confundiria não só o pesquisador como a própria equipe de trabalho.

Ainda durante o processo de estabelecimento das séries, o título foi outra questão que nos demandou um bom tempo de pesquisa. A forma correta dos nomes, questões ortográficas, sinônimas, palavras pejorativas ou redundantes e, sobretudo, termos que definissem o conteúdo das séries, os quais deveriam ser os mais simples possíveis, eram temas de constante análise e revisão por parte da equipe.

Com relação à normalização da descrição arquivística dos documentos, adotamos a norma NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição) visando estabelecer um padrão arquivístico, para em seguida disponibilizar esses dados na base de dados SophiA²² (ANEXO C) e elaborar o inventário deste fundo documental.

Para Bellotto (2004, p. 177) a qualidade de um arquivista pode ser percebida na precisão dos instrumentos de pesquisa feitos por ele e na medida em que seu trabalho atende às expectativas do pesquisador. De fato, essa era uma preocupação comum da equipe, garantir não só o acesso como também disponibilizar informações claras e precisas sobre os documentos. Para isto, conforme surgiam impasses no momento de preenchimento das planilhas de descrição, anotávamos, pesquisávamos e discutíamos em conjunto os próximos passos a serem seguidos.

Caligrafias ilegíveis e documentos em língua estrangeira são questões que demandam um esforço a mais da equipe em análises e pesquisas, onde também, em determinados casos, são necessários o auxílio técnico-especializado.

Os descritores, extraídos dos resumos dos documentos, foram padronizados, no caso dos nomes próprios, segundo a base de autoridades da Biblioteca Rodolfo Garcia (ABL). Outros termos, como nomes indígenas, cidades, logradouros e eventos, foram consultados em diversos sites de instituições confiáveis, com a finalidade de estabelecermos um padrão para um vocabulário controlado. Este processo ainda está em andamento.

Todas estas questões apresentadas não são exclusivas do Arquivo Roquette-Pinto, elas se apresentam de múltiplas formas nos diferentes arquivos e, ainda que corriqueiras, se tornam temas de debate no meio arquivístico.

Ao analisarmos as dificuldades inseridas nos processos de elaboração do arranjo e da descrição do Arquivo Roquette-Pinto, estabelecemos um ambiente de crítica e debate sobre as inúmeras dificuldades que se apresentam, na prática, durante a organização de arquivos pessoais. Cada característica de um indivíduo, que o torna único em sua sociedade, se reflete em seu arquivo pessoal, tornando-o peculiar em sua forma e conteúdo.

Uma missão tão importante, já que temos um precioso acervo em nossas mãos, acervo este que teve seu merecido reconhecimento ao ser nominado Memória do Mundo da UNESCO em 2011.

Considerações finais

O Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras é um “lugar de memória” da literatura nacional construído pelos membros da casa com o objetivo de reunir documentos e informações sobre os acadêmicos. Esse projeto de monumentalização dos imortais realizado pela ABL ao longo dos seus 117 anos de existência é um projeto vitorioso, como poucos no Brasil.

A lógica de acumulação dos documentos pessoais é de caráter particular, mas em alguns casos também pode assumir um caráter coletivo. Esta constatação não deve atrapalhar o trabalho do arquivista que deverá construir uma conexão entre a lógica de acumulação e a de acesso, sem que com isso comprometa a contextualização desses documentos, e consequentemente o trabalho de organização e recuperação da informação.

No caso do Arquivo dos Acadêmicos da ABL, como já foi citado anteriormente, além dos arquivos doados pelos herdeiros e familiares, houve um grande esforço por parte dos Acadêmicos para a criação de um panteão literário, com a reunião de documentos sobre os acadêmicos que pudessem ser utilizados como instrumentos de celebração e como fontes de pesquisa. Assim como em outras instituições, a opção metodológica utilizada foi a divisão dos arquivos em fundo e coleção.

Portanto, ao descrever um arquivo pessoal é preciso entender além da lógica de acumulação do titular, sua compreensão do que é um arquivo. É óbvio que em arquivos de titulares já falecidos não se terá acesso a esta informação

através do titular. Mas pela análise dos documentos também podemos chegar a essa compreensão.

Os arquivos pessoais, assim como os institucionais, são o resultado das ações e de representações de seus produtores, ou seja, de suas atividades, de suas competências, de seus objetivos, mas também dos seus interesses particulares, dos seus desejos íntimos, de sua forma de lidar com o passado e o futuro. Talvez esta seja sua característica determinante.

O Arquivo Roquette-Pinto apresenta uma grande diversidade de temas os quais refletem a personalidade inusitada do titular, a diversidade documental que expressa a pluralidade de suas atuações.

Por todos os aspectos apresentados, torna-se iminente a conclusão da organização de todo o acervo. Como os processos de arranjo e descrição do arquivo não são tarefas de fácil execução, visto que a multiplicidade de temas e assuntos tratados nos documentos é extensa, inúmeras vezes modificamos o quadro de arranjo do Arquivo esperando encontrar uma definição mais clara e coerente para as séries. Na descrição do conteúdo a parte mais complexa que observamos foi a elaboração dos resumos e das palavras-chave, as quais exigiam, ainda que primariamente, uma relação padronizada de descritores. Esses são alguns dos dilemas enfrentados durante a elaboração do arranjo do Arquivo Roquette-Pinto que ora apresentamos.

As informações ali contidas e as “lacunas” que estão sendo percebidas ao longo do projeto viabilizarão aos pesquisadores visões sobre o meio em que Roquette-Pinto esteve inserido, graças à institucionalização de seu fundo documental. De qualquer forma, eles terão de contar com todos os elementos possíveis, não apenas os extraídos dos documentos de efeito, pois estes produziram imagens distorcidas dos fatos e dos comportamentos.

Referências

Fontes primárias

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Estatutos e regimento interno*. Rio de Janeiro: ABL, 1897.

_____. *Livros de atas das sessões da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 1896 – 2008. (manuscrito e datilografado)

Artigos e livros

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Arquivo dos Acadêmicos*: guia geral. Coordenação de Sérgio Conde de Albite Silva. – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Tempo e circunstância*: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CPDOC/FGV. *Metodologia de organização de arquivos pessoais*: a experiência do CPDOC. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 10-33, abr. 1982/ago. 1986.

DUCROT, Ariane. A Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 11, n.º 21, p. 151-168, 1998.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da Imortalidade*: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 11, n.º 21, p. 59-88, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n.º 36, p. 43-58, 2005.

LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominich Miranda de. *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto / Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá, organizadoras.* – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MONTIEL, Rosane. *Arquivística: um olhar sobre a memória.* - Brasília: ArPDF, 1996.

NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para a sua história (1896-1940).* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1940.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina.* Rio de Janeiro: Teatral; Faperj, 2010.

SCHELLENBERG. T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SILVA. Armando Malheiro. *Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interactivo.* Porto. s.d. (texto digitado).

VENANCIO FILHO, Alberto. 50 anos sem Roquette-Pinto. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro (RJ), v. 12, n. 46, p. 49-86, jan/mar 2006.

Anexos

Anexo A – Caderno de anotações de Roquette-Pinto durante a Comissão Rondon, 1912.



ANEXO B – Roquette-Pinto durante a Comissão Rondon, 1912



ANEXO C – Base de Dados Sophia Acervo



Sophia Acervo






Novo Pesquisa
Resultado da Pesquisa

1: Dados do Item

Ampliar Exatidão

1 / 3



Identificação	
Assunto	Anatomia Art.
Forma de aquisição	Fundo
Arquivo	Acervo-geral
Gênero	Iconográfico
Idioma	Português
Localidade	Camargo Rosset
Nome	Documentos Diversos
Sigla de acesso	ATI-AR/CR/ab-328
Localização da unidade de arquivamento	88-2-01
Nível de descrição	Item documental
Tamanho de documento	1
Número de unidades físicas	2 páginas
Localização anterior (doc)	---
Localização atual (doc)	---
Documentação correlata	---
Procedência	Cedido pela família do pesquisador Irineu de Azevedo Brancato de Castro em 25/11/1968. Fonte: Relatório de IRI de 28/11/1968.

Categorias / Restrições	
Tipo de aquisição	Doação
Tipo	Uma prova fotográfica do álbum de Dr. Koch Grünberg
Características do registro	Um loteamento por álbum de um fotógrafo, com uma ampliação, na margem esquerda, do Rio Branco.
Nota	IM254061.849(101)

**COLEÇÃO SANSON:
Imagens em vidro**

Neibe Cristina Machado da Costa

Thais Martins Lepesteur

Notas biográficas

Neibe Cristina Machado da Costa
Arquivista do Museu Imperial (IBRAM)

Thaís Martins Lepesteur
Arquivista do Museu Imperial (IBRAM)



Fig. 1 – Positivo estereoscópico em vidro retratando o fotógrafo Octávio Mendes de Oliveira Castro, sua esposa Laura e os filhos Eugênia, Maria Elisa, Octávio, Laura e Arnaldo sentados no banco do jardim da casa da rua Souza Franco, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Sem data.

Apresentação

A proposta da palestra é apresentar a Coleção Sanson, traçando um panorama que compreende a criação dos registros fotográficos por seu titular, a doação das imagens ao Museu Imperial, o tratamento técnico empregado e o trabalho desenvolvido por ocasião do envio da candidatura ao registro do Programa Memória do Mundo da Unesco em 2013.

A coleção, constituída de 1.374 chapas estereoscópicas de vidro do sistema Versacope e 1 de caderno manuscrito contendo o índice das imagens produzidas e descritas pelo punho do fotógrafo Octávio Mendes de Oliveira Castro, foi doada ao Museu Imperial pelo casal Luiz Alberto de Sanson e Maria Lúcia David de Sanson, descendentes do fotógrafo, em 2005 e 2009.



Fig. 2 – Aparelhos estereoscópicos

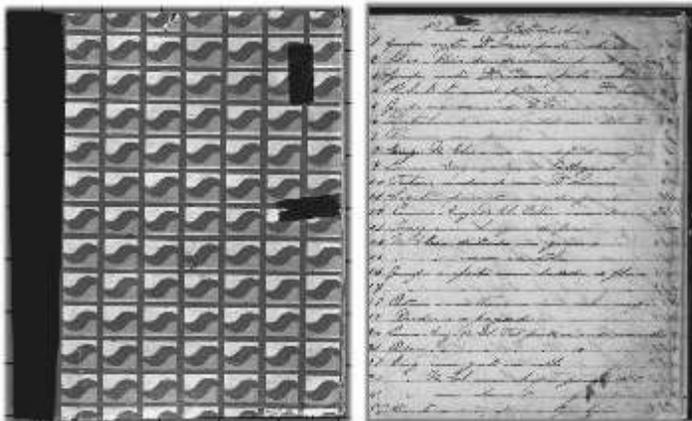


Fig. 3 – Caderno índice

Identificado como Coleção Sanson, parte do conjunto recebeu tratamento técnico da área de preservação, através de convênio firmado entre o Museu Imperial e o Centro de Preservação e Conservação Fotográfica da FUNART em 2005. Na ocasião, 999 chapas estereoscópicas de vidro, doadas em 2005, passaram por procedimentos de conservação, reprodução fotográfica, acondicionamento específico e, posteriormente, foram digitalizadas pelo Projeto DAMI – Digitalização do Acervo do Museu Imperial – que tem como objetivos principais digitalizar e disponibilizar na *internet*, em longo prazo, todo o acervo do Museu Imperial, visando à democratização do acesso aos bens culturais e, principalmente, salvaguardando os originais. O mesmo procedimento será efetuado com as 375 chapas estereoscópicas de vidro que foram doadas em 2009, complementando a coleção.

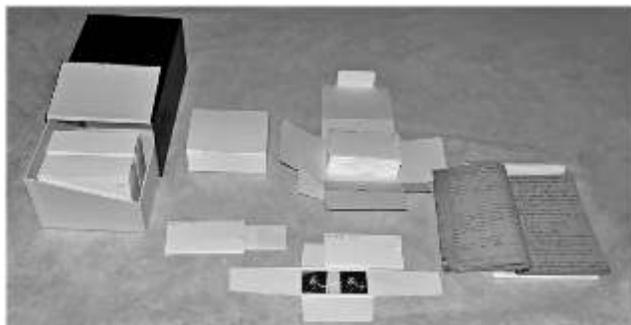


Fig. 4 – Tratamento técnico

A coleção pode ser considerada como um dos mais significativos registros iconográficos do Arquivo Histórico do Museu Imperial. As imagens retratam a vida doméstica e privada de uma família aristocrática, concentrando-se no primeiro quartel do século XX. Passeios, viagens e eventos sociais, juntam-se aos registros de importantes eventos ocorridos no Rio de Janeiro, como a grande exposição nacional de 1908 e a exposição internacional de 1922, e de consideráveis transformações econômicas, como a construção de praças, edifícios e a abertura de estradas de ferro e de rodagem em diferentes partes da federação. Como resultado, a Coleção Sanson documenta a natureza exuberante do país, o desenvolvimento arquitetônico, urbanístico, paisagístico e econômico de diversas cidades do Brasil e do exterior.

Pedro Karp Vasquez, com grande propriedade, exaltou a Coleção Sanson por sua característica quase única de ter sido feita por um fotógrafo amador, sobre os costumes de uma época e seus pares, nascidos numa elite privilegiada, portanto com uma visão de dentro dela, exteriorizando-a para o mundo.



Fig. 5 – Positivo estereoscópico em vidro retratando o Pavilhão de Minas Gerais na Exposição Nacional de 1908 realizada na Praia Vermelha/Urca, zona sul do Rio de Janeiro. 00/00/1908 (CS-cx.17-n.196).

Octávio Mendes de Oliveira Castro, era filho do barão de Oliveira Castro, industrial proeminente do Império do Brasil, e genro do renomado engenheiro João Teixeira Soares, responsável por inúmeras construções de estradas de ferro, entre elas a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba. O fotógrafo amador teve o privilégio de observar e documentar as realizações de seu sogro, bem como as propriedades da família, suas edificações, festejos, empregados e animais; as viagens no Brasil e no exterior; os eventos cívicos, políticos e

religiosos; o desenvolvimento urbano e, principalmente, a vida social, os hábitos e costumes no início do século XX.

Embora a documentação tenha caráter pessoal, possui significado histórico mais amplo. As imagens são uma fonte de pesquisa para o estudo do processo evolutivo de uma sociedade em transformação, suas relações sociais e econômicas, a passagem para a modernidade e a revolução dos transportes, a indústria ferroviária e automotiva, a ampliação dos meios de comunicação e a ampliação e redefinição urbana das grandes cidades no início do século XX. Ao mesmo tempo, ao retratarem a realidade de famílias abastadas, a intimidade de seus membros e as diversas atividades que ilustravam seu cotidiano, as imagens registram práticas e representações, modos de fazer, pensar, sentir e agir de um grupo da sociedade, a elite carioca. Isso se reforça pela definição de Kossoy: “Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza”.



Fig. 6 – Positivo estereoscópico em vidro retratando vista da avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. À direita, nota-se o prédio do Jornal do Brasil. Sem data (CS-cx.34-n.553).



Fig. 7 – Positivo estereoscópico em vidro retratando vista de uma alameda de palmeiras no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 1907 (CS-cx.15-n.140).

Além disso, o processo fotográfico, estereoscopia – desenvolvido por David Brewster em 1844, apresentado na Exposição Universal de Londres, em 1851, e modernizado a partir de 1893 com o sistema Verascope da Maison Richard de Paris – por si só é uma ferramenta de estudo para a história da fotografia. No contexto brasileiro, a estereoscopia foi impulsionada pelo imperador d. Pedro II, que adquiriu uma câmera e patrocinou diversos artistas na arte de fotografar. A partir de então, o hábito de registrar e guardar as imagens torna-se comum e as famílias passam a adquirir aparelhos estereoscópicos e se reunir para ver e comentar as imagens perpetuadas nas chapas de vidro.



Fig. 8 – Mobiliário feito pelo fotógrafo para guarda dos positivos

Como define Maud “a fotografia é uma fonte histórica que demanda leitura e interpretação e do ponto de vista temporal, a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo”. As chapas estereoscópicas têm um valor excepcional pelo pioneirismo técnico que possibilitou a popularização da fotografia no Brasil e no mundo, tornando-se um objeto de pesquisa.



Fig. 9 – Positivo estereoscópico em vidro retratando oito homens e uma locomotiva a vapor parada na estação ferroviária de Lussanvira, no município de Pereira Barreto, São Paulo. Sem data (CS-cx.11-n.49).



Fig. 10 – Positivo estereoscópico em vidro retratando a família de Damasio em frente a uma casa de pau-a-pique, provavelmente na fazenda Chacrinha, em Valença. Rio de Janeiro. Sem data (CS-cx.47-n.869).

Tratamento arquivístico

De acordo com Terry Cook em *Arquivos pessoais e arquivos institucionais*, “(...) os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal”, no entanto, no caso dos arquivos pessoais, pode-se dizer que em grande parte dos casos são (...) produtos de um desejo de perpetuar intencionalmente uma certa imagem”, um “(propósito) concebido que, na verdade, se destina à ‘monumentalização’ do próprio indivíduo (...)”.

Ao trabalhar com essa documentação, a equipe do Arquivo Histórico do Museu Imperial procurou compreender o sentido que os documentos tiveram no contexto de produção, suas particularidades, os motivos pelos quais foram produzidos e acumulados, a função para qual serviram para quem os acumulou, entre outros aspectos.

Após alguns estudos, decidiu-se que a documentação acumulada por Octávio Mendes de Oliveira Castro seria trabalhada com o escopo de respeitar as especificidades do conjunto, levando-se em consideração que, apesar de serem os documentos iconográficos determinantes no sentido de exprimirem as atividades de uma determinada pessoa, o caso do fotógrafo Octávio Mendes de Oliveira Castro não se adequaria à regra. Foi trabalhada a hipótese de que não é identificada na coleção a intenção de “monumentalização”, já que, entre outras características, observou-se que as fotografias foram produzidas com o intuito de registrar momentos de coletividade em detrimento da personalidade do autor das imagens como forma de legado.

No tocante a esse ponto, observa-se que, enquanto coleção de caráter eminentemente pessoal e privado, a documentação não seria capaz de representar diferentes camadas da vida do titular, como, por exemplo, o desempenho de atividades que fugissem à prática de fotografar, às confraternizações familiares e às viagens. Em outras palavras, apesar de se tratar de riquíssimos registros iconográficos, não é identificada na coleção a prática de atividades profissionais do autor e não há evidências mais pormenorizadas das sinuosidades de seu relacionamento familiar, como seria o caso se houvesse documentação manuscrita de cunho pessoal, como cartas, cartões, dedicatórias, documentos de registro, entre outros. Infere-se, portanto, que os documentos nos revelam um dos estratos da vida do titular, o do fotógrafo amador que por trás das lentes registrava o universo que o cercava.

Por outro lado, tomando a família como referencial, também não se poderia afirmar que esta teria sido objeto de “monumentalização” por parte do autor, já que a espontaneidade das imagens não se adequaria ao padrão seguido à época para esse objetivo, visto que eram comumente empregadas as fotografias posadas, feitas em estúdio. A leitura do caderno índice feito pelo autor para identificar as imagens, nos revela que foram produzidas para uso privado seu e de seus familiares. O único documento manuscrito da coleção nos mostra a identificação de personagens por apelidos ou pelo primeiro nome, o que reitera nossa linha de pensamento.



Fig. 11 – Positivo estereoscópico em vidro retratando três meninos, sendo dois deles identificados pelo fotógrafo como Gugu [Gustavo Mendes de Oliveira Castro] e Carlinhos [Carlos Mendes de Oliveira Castro], em um jardim. Sem data (CS-cx.13-n.101).

Marcados frequentemente por momentos lúdicos, os registros não seguem os padrões éticos e morais da época, como é o caso de algumas imagens que mostram, por exemplo, mulheres segurando garrafas de bebida, a esposa do próprio fotógrafo amamentando uma criança, meninas bebendo, sentadas em uma pedra no Poço do Imperador, em Petrópolis, entre outras.



Fig. 12 – Positivo estereoscópico em vidro retratando Laura Soares de Oliveira Castro, esposa do fotógrafo, amamentando seu filho Octávio Filho na varanda de uma casa da fazenda Santa Alda, em Além Paraíba, Minas Gerais. Sem data (CS-cx.37-n.640).



Fig. 13 – Positivo estereoscópico em vidro retratando Laura Mendes de Oliveira Castro, Cecília Soares de Sampaio e Chiquita [Anna Francisca Teixeira Soares da Silveira], bebendo, sentadas em uma pedra no Poço do Imperador, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Sem data (CS-cx.22-n.299).

A hipótese trabalhada em relação à intenção do autor dos documentos (no que diz respeito à sua criação e manutenção) e ao tratamento dado à documentação pela equipe de arquivistas, também não evidencia a trajetória do personagem e sim de um grupo de pessoas – que pode ser representativo de grupos similares e contemporâneos – e de paisagens e acontecimentos que retratam o desenvolvimento do país. Além da doação da coleção não ter sido desejo formal do autor das imagens, a própria doadora questionou em alguns momentos a importância e a relevância que teriam para pesquisa os registros de momentos privados da família.

Em relação à identificação dos personagens retratados, ainda que contássemos com o caderno índice deixado pelo autor, seria impossível procedermos à recuperação de muitos dos nomes. Essa falta de informações nos levou a desenvolver um trabalho de identificação e descrição de imagens em conjunto com uma descendente da família, a doadora da coleção, Maria Lúcia

David de Sanson, que muito solícitamente se disponibilizou a frequentar o Arquivo Histórico para analisar as os itens da coleção e identificar seus familiares em cada imagem. Após alguns meses de cooperação, os retratados nas 999 imagens doadas em 2005 e disponibilizadas no portal do Museu Imperial foram identificados.



Fig. 14 – Positivo estereoscópico em vidro retratando grupo de pessoas em frente a uma casa, entre elas Alberto Soares de Sampaio na escada mexendo na árvore de Natal; sentados Alberto de Sampaio, vovó Mimi [Zulmira Teixeira Soares], Laura Soares de Oliveira Castro e entre elas Maria Eugênia de Oliveira Castro. Sem data (CS-cx.19-n.241).

Posteriormente a esse processo, a equipe do Arquivo Histórico recebeu o apoio da direção do museu para que os registros iconográficos fossem objeto de candidatura ao programa Memória do Mundo da UNESCO. Criado em 1992 com o objetivo de identificar documentos ou conjuntos documentais que apresentem valor de patrimônio da humanidade, o programa é focado na salvaguarda e difusão de registros textuais, iconográficos, cartográficos e audiovisuais, e equivale ao conferido pela UNESCO a conjuntos arquitetônicos, paisagísticos e artísticos.

A coleção foi nominada pela UNESCO com o Registro Nacional Memória do Mundo do Brasil, em 2013, o que traz maior visibilidade a este patrimônio documental, funcionando como facilitador na captação de recursos e patrocínios para o cumprimento dos objetivos fixados pela instituição em relação à coleção, o que, em contrapartida, possibilita a divulgação do programa Memória do Mundo e a conscientização quanto à importância dos acervos documentais, o que reitera o objetivo do Museu Imperial: a preservação, a guarda, a pesquisa, a difusão e a disponibilização de seu acervo através de ações sociais, educativas, culturais e científicas.



Fig. 15 – Registro Nacional Memória do Mundo do Brasil, conferido pela UNESCO em 2013.



Fig. 16 – Registro Nacional Memória do Mundo do Brasil, conferido pela UNESCO em 2013.

Referências

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. A Tecnologia da Fotografia no Século XIX. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.117, p.9-28, 2000.

CARVALHO, Áurea Maria de Freitas. *Fotografia como fonte de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. 51p., il., 23cm.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v11, n.21, 1998, p.129-149.

FERNANDES JÚNIOR, Rubens. Anos dourados da fotografia. *Iris Foto*, São Paulo, n.500, p.8-12, 1997.

HEDGECOE, John. *A Câmera fotográfica em ação: o primeiro guia tridimensional de fotografia do mundo*. [São Paulo]: Siciliano, [s.d.]. [11]p., il. trid., 30cm.

KOSSOY, Boris. Algumas luzes sobre a polêmica história da fotografia. *Iris Foto*, São Paulo, n.373, p.13-18, ago/1984.

PARENTE, José Inácio. *A Estereoscopia no Brasil = Stereoscopia in Brazil*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999. 106p., il., 29cm.

_____. *Rio de Memórias*. Rio de Janeiro: Interior Produções, 1990. 38p., il., 16cm.

PARENTE, José Inácio; MONTE-MOR, Patrícia (Org.). *Rio de Janeiro: Retratos da Cidade*. Rio de Janeiro: Retratos da cidade, c1994. 176p., il., 28cm.

PAVÃO, Luis. *Conservação de Coleções de Fotografia*. Lisboa: Dinalivro, 1997. 355p., il., 23cm.

O RIO de Janeiro do fotógrafo Leuzinger: 1860-1870. Colaboração de Maria Lucia David de Sanson, Mario Aizen, Pedro Karp Vasquez. Rio de Janeiro: Sextante, c1998. 122p., il., 23cm.

TURAZZI, Maria Inez. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da exposição de história do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. 241p., il., 23cm.

_____. *Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico*. In: GALERIAS del progreso: Museos,

exposiciones y cultura visual en América Latina. Rosario: Beatriz Viterbo, 2006. p.117-150.

_____. Paisagem construída: fotografia e memória dos “melhoramentos urbanos” na cidade do Rio de Janeiro. *Varia História*, Belo Horizonte, n.35, p.64-78, jan/jun/2006.

_____. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo - 1839/1889*. Rio de Janeiro: Funarte : Rocco : Ministério da Cultura, 1995. 309p., il., 23cm. 111

_____. (Org.). Um porto para o Rio: imagens e memórias de um álbum centenário. Apresentação de Maria Teresa Villela Bandeira de Mello. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012. 270p., il., 21cm.

VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na fotografia oitocentista*. São Paulo: Metalivros, 2003. 295p., il. fot., 30cm.

_____. *Como fazer Fotografia*. Petrópolis: Vozes, 1986. 140p., il., 18cm. (Coleção Fazer, 21).

_____. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. [Rio de Janeiro]: Fundação Roberto Marinho : Internacional de Seguros, [1985]. 243p., il., 29cm.

_____. *Fotografia: reflexos e reflexões*. Porto Alegre: L&PM, 1986. 112p., il., 18cm. (Coleção Universidade Livre).

_____. *A Fotografia no Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 71p., fot., 18cm. (Descobrimo o Brasil).

_____. *Fotógrafos pioneiros no Rio de Janeiro*. Colaboração de Victor Frond, George Leuzinger, Marc Ferrez, Juan Gutierrez. Rio de Janeiro: Dazibao : Agil, 1990. 144p., il., 19cm. (Antologia Fotografica).

_____. *Mestres da fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995. 276p., il., 22cm. (Coleção Gilberto Ferrez).

_____. *Nos trilhos do progresso: a ferrovia no Brasil imperial vista pela fotografia*. São Paulo: Metalivros, 2007. 287p., il., 21cm.

_____. *O Rio de Janeiro e seus fotógrafos*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1999. 19p., 20cm.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST
Rua General Bruce, 586 - São Cristóvão
CEP 20921-030 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 3514-5270